

Índice

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	1
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	5
5.3 - Descrição - Controles Internos	9
5.4 - Programa de Integridade	16
5.5 - Alterações significativas	19
5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos	20

10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	21
10.2 - Resultado operacional e financeiro	34
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	36
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	37
10.5 - Políticas contábeis críticas	40
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	41
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	42
10.8 - Plano de Negócios	43
10.9 - Outros fatores com influência relevante	45

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

(a) Política Formalizada de Gerenciamento de Riscos

A Companhia não adota uma política formalizada de gerenciamento de riscos, uma vez que tem como prática monitorar constantemente os riscos do seu negócio que possam impactar o atingimento dos objetivos previstos no planejamento estratégico e operacional da Companhia, incluindo mudanças no cenário macroeconômico e setorial que possam influenciar suas atividades. Ademais, com o objetivo de controlar ou mitigar riscos que possam impactar de forma adversa suas operações e resultados, a Companhia adota, entre outros, as seguintes políticas:

- 1) Política de Contratação de Empresas Médicas: A Companhia possui uma Política de Contratação de Empresas Médicas, aprovada em 21 de fevereiro de 2014 pela Vice-presidência médica da Companhia. Essa política objetiva estabelecer as regras e os procedimentos a serem seguidos para a contratação de empresas médicas, de modo a garantir a segurança e a qualidade dos serviços prestados.
- 2) Regimento Interno do Comitê Médico: A Companhia aprovou, em Reunião do Conselho de Administração realizada em 11 de julho de 2011, o Regimento Interno do Comitê Médico. O regimento tem por objetivo estabelecer as regras de funcionamento deste comitê, que é um órgão colegiado de assessoramento e instrução, devendo atuar como órgão de consulta da Diretoria de Companhia. O Comitê Médico deve ser chamado a opinar, previamente, sobre questões que afetem as operações da Companhia e de suas controladas que envolvam atividades relacionadas à prática médica.
- 3) Políticas da Segurança, Consistência e Rastreabilidade da Informação. A Companhia implementou, em novembro de 2012, uma Política da Segurança, Consistência e Rastreabilidade da Informação, composta por um conjunto formal de regras e diretrizes que devem ser seguidas pelos colaboradores, prestadores de serviços ou terceiros que tenham acesso a informações pertencentes à Companhia. Essa política tem por objetivo (i) garantir confidencialidade, integridade e autenticidade da informação; (ii) aperfeiçoar mecanismos para segurança da informação; (iii) assegurar que as informações sejam prontamente identificáveis e recuperáveis de acordo com sua aplicação; (iv) controlar informações geradas na organização; e (v) garantir adequada utilização da tecnologia da informação.
- 4) Política de Suprimentos: A Companhia possui uma Política de Suprimentos, cuja finalidade é estabelecer princípios básicos, atribuições, responsabilidades e procedimentos para solicitação e aquisição de produtos, bens e serviços, em todas as modalidades, com aplicação em todas as empresas do grupo Alliar e seus setores.
- 5) Política de Integridade. A Companhia possui, desde novembro de 2013, um Código de Ética e Conduta que serve como guia prático de conduta pessoal e profissional, a ser utilizado por todos os colaboradores da Companhia e de suas controladas em suas interações e decisões diárias no exercício de suas atribuições. O Código de Ética e Conduta da Companhia contempla diversas políticas: de seleção e contratação de funcionários; de presentes, hospedagem, entretenimento, viagens e despesas; de patrocínio; de doações ou contribuições políticas; de doações de caridade; de pagamentos de facilitação; de registros contábeis e financeiros; de prevenção de fraudes, colusão e coação; de prevenção à lavagem de dinheiro; de relações com concorrentes (normas antitruste); e de *due diligence* de terceiros (parceiros comerciais, prestadores de serviços, fornecedores, agentes, procuradores, despachantes, representantes comerciais, distribuidores, consultores, empreiteiros e quaisquer outros terceiros que representem a Companhia). Todas as pessoas ligadas à Companhia devem pautar a sua atuação em princípios éticos e nos valores estabelecidos no Código de Ética e Conduta, que refletem um padrão comportamental irrepreensível. O Código de ética e Conduta está disponível no site da Companhia.
- 6) Canal para denúncias (*hotline*): A Companhia possui desde o segundo semestre de 2016 canal de denúncia independente, autônomo e imparcial disponível através de número telefônico (*hotline*) que permite ao público realizar denúncias, tirar dúvidas ou fazer questionamentos com relação ao programa de *compliance* da Companhia. O canal de denúncias oferece a opção de recebimento de denúncias anônimas.
- 7) Adequação dos Controles Internos: A Companhia está robustecendo a sua área de controles internos a fim de se adequar aos procedimentos e prazos que deve observar em virtude de se tornar companhia aberta.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

(b) Objetivos e Estratégias da Política de Gerenciamento de Riscos

O objetivo das políticas adotadas pela Companhia é o de fornecer e indicar as diretrizes, responsabilidades, mecanismos e procedimentos internos para a gestão de fatores de riscos inerentes aos negócios da Companhia, de maneira a monitorar e mitigar tais riscos de forma eficaz.

(i) Riscos para os quais se busca proteção

Riscos inerentes à Companhia, ao cenário macroeconômico e setorial, bem como relacionados a questões de segurança e funcionamento dos sistemas de tecnologia da informação, a novas leis e regulamentações, aos operadores de planos de saúde e a questões reputacionais, surgem no curso normal das atividades da Companhia. A Companhia analisa estes riscos e define estratégias para gerenciar o impacto sobre seu desempenho, em consonância com suas políticas.

(ii) Instrumentos utilizados para proteção

As políticas adotadas pela Companhia são implementadas por meio dos seguintes instrumentos:

- 1) Avaliação Mensal de Riscos: A Companhia possui, desde 2012, um Comitê de Riscos e Compliance responsável pela avaliação e monitoramento dos riscos da Companhia. São atribuições do Comitê de Riscos e Compliance da Companhia: (i) a verificação de licenças e alvarás necessários para as operações da Companhia; (ii) a verificação de certidões de tributos federais, estaduais e municipais; (iii) a revisão de todos os contratos de locação da Companhia de forma a garantir a renovação dos contratos, avaliando se há a necessidade de ingressar com ações renovatórias; (iv) o acompanhamento e avaliação sobre o cumprimento da Política de Contratação de Empresas Médicas; (v) o monitoramento dos riscos jurídicos da Companhia e a revisão de cláusulas de compliance anticorrupção a serem incluídas nos contratos celebrados pela Companhia; e (vi) o acompanhamento das contingências judiciais e administrativas da Companhia, com avaliação dos riscos envolvidos, principais decisões e eventual necessidade de mudança de prática.
- 2) Monitoramento de Resultado e Ações de Melhoria: O programa SIGA – Sistema Integrado de Gestão Alliar, reúne 80 requisitos em quatro categorias, Agendamento, Comercial, Experiência do Cliente, Processos e Produção, Qualidade e Segurança, estabelecendo um padrão de referência e medição periódica das práticas e KPIs da Companhia em cada unidade, resultando numa classificação de desempenho, SIGA Bronze, SIGA Prata e SIGA Ouro.
- 3) Monitoramento de Qualidade e Segurança: A Companhia adota diversos métodos para monitorar seus resultados e buscar um melhor desempenho. A Companhia adquiriu acreditações concedidas pela Organização Nacional de Acreditação ("ONA"). Por meio de procedimentos periódicos de avaliação integral da qualidade do serviço oferecido pela Companhia, em que são avaliados aspectos de estrutura, processos e resultados, a Companhia adquiriu ao longo dos últimos anos certificações de Nível 3. Para que os certificados emitidos pela ONA sejam obtidos e mantidos, a Companhia deve (i) revisar de maneira sistemática suas estratégias; (ii) manter profissionais com capacitação compatível com a atividade; (iii) analisar o desempenho de seus fornecedores; (iv) possuir planos de contingência; (iv) monitorar seus resultados e promover ações de melhoria; e (v) cumprir a legislação vigente e ter capacidade de identificar possíveis riscos que a Companhia possa eventualmente estar exposta.
- 4) Segurança da Informação: Por meio da Política de Segurança, todos os colaboradores, prestadores de serviços ou terceiros que tenham acesso a informações pertencentes à Companhia são orientados a manter qualquer informação como sigilosa e confidencial. Além disso, conforme previsto no Código de Conduta, todos os colaboradores devem estar sempre atualizados em relação às respectivas políticas bem como seus procedimentos, buscando orientações da área jurídica da Companhia quanto à aquisição, uso e/ou descarte de informações.
- 5) Relacionamento com Terceiros: A Companhia adota práticas rígidas na negociação e administração de todas as atividades comerciais. Os parceiros de negócio e fornecedores da Companhia são respeitados e reconhecidos como

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

importantes agentes entre os públicos de relacionamento com a Companhia. No processo de contratação, a Companhia evidencia as exigências para que todos os parceiros de negócio e fornecedores atendam à legislação vigente, com especial atenção para o cumprimento da legislação aplicável aos negócios da Companhia. De acordo com o Código de Ética e Conduta os colaboradores envolvidos no processo de seleção ou que se envolvam pessoalmente com fornecedores devem procurar seus superiores imediatos para comunicar qualquer tipo de vínculo pessoal com empresas e/ou profissionais que prestem serviços à Companhia. Além disso, os colaboradores não podem receber pagamentos impróprios e doações de fornecedores em troca de concessão de vantagens comerciais ou benefícios, a não ser brindes corporativos compatíveis com boas práticas comerciais.

- 6) Monitoramento de Terceiros. De forma a proteger a Companhia em relação aos riscos decorrentes das leis anticorrupção por atos praticados por terceiros prestadores de serviço, os contratos celebrados com nossos parceiros de negócios possuem cláusulas de anticorrupção que proíbem expressamente a prática de qualquer forma de suborno e corrupção. Além disso, as cláusulas de anticorrupção preveem o direito da Companhia rescindir automaticamente o contrato celebrado, quando comprovada falha do terceiro em cumprir com tais cláusulas anticorrupção.
- 7) Relacionamento com Órgãos Públicos. A Companhia mantém o mais alto nível de integridade na relação com representantes do governo e seus colaboradores são orientados a (i) não dar ou receber qualquer tipo de pagamento, seja em dinheiro, presentes, serviços ou qualquer benefício de valor com o objetivo de suborno ou tratamento especial; (ii) cumprir a legislação e não executar qualquer ação que viole as leis e regulamentos vigentes; (iii) manter um relacionamento ético, transparente e de credibilidade com os órgãos governamentais; e (iv) comprometer-se a seguir as regras estabelecidas pela Lei nº 12.846/2013, devendo sempre basear-se na transparência e nos princípios do Código de Conduta e Ética da Companhia.
- 8) Supervisão de Práticas Médicas: A supervisão e definição de práticas médicas e padrões de qualidade são realizadas pelo Comitê Médico da Companhia, que possui as seguintes atribuições e responsabilidades: (i) fixar diretrizes e políticas das práticas médicas da Companhia, com exceção da remuneração dos médicos, que caberá ao Conselho de Administração; (ii) indicar, supervisionar e solicitar a substituição do Diretor Médico da Companhia, decisão que deve ser aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia; (iii) definir os padrões de qualidade dos exames médicos oferecidos pela Companhia e por suas controladas ou coligadas, considerando-se os equipamentos que a Companhia possui ou venha a possuir; (iv) controlar a observância das normas éticas regulamentares da profissão médica; e (v) definir os equipamentos que deverão ser adquiridos pela Companhia ou por suas controladas ou coligadas, respeitadas as necessidades médicas. Ainda, o diretor médico de cada unidade realiza uma revisão estatística dos laudos realizados na sua respectiva unidade, garantindo, por meio de uma mostra, a qualidade dos laudos expedidos.

(iii) Estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

Conforme mencionado e já exposto nos itens acima, a Companhia adota uma estrutura organizacional integrada entre diferentes órgãos da administração e comitês da Companhia, que gerenciam e monitoram seus riscos de acordo com seus valores, princípios e diretrizes.

A Companhia possui, dentre outros, os seguintes comitês:

Comitê de Ética

A Companhia possui um Comitê de Ética que será convocado na medida em que houver necessidade (convocação por demanda). Tal comitê é composto por representantes da Diretoria e das áreas de Recursos Humanos e Jurídica, sendo responsável por avaliar e decidir sobre casos de violação ao Código de Ética e Conduta.

Comitê de Risco e Compliance

A Companhia possui, desde 2012, um Comitê não estatutário de Riscos e Compliance, responsável pela avaliação e monitoramento dos riscos da Companhia. O Comitê é composto por um representante do departamento jurídico, pelo

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

diretor financeiro e por um consultor de riscos externo, que reportam-se diretamente ao Conselho de Administração da Companhia. Os membros deste Comitê devem se reunir mensalmente para acompanhamento de riscos, sendo que a cada reunião um relatório sumário dos assuntos tratados deve ser gerado. As atribuições do Comitê de Riscos e Compliance estão descritas no item 5 (b) (ii) acima.

Comitê Médico

O Comitê Médico da Companhia, instituído em 2011, possui um caráter de funcionamento permanente, devendo atuar como órgão de consulta da Diretoria da Companhia. O Comitê é composto por 7 (sete) membros, sendo a maioria médicos e todos eleitos pelo Conselho de Administração da Companhia, os quais serão majoritariamente pelos Senhores Sergio Tufik e Roberto Kalil Issa. Caberá aos acionistas o direito de indicar 5 (cinco) membros do Comitê Médico, sendo (a) 4 (quatro) membros indicados pelos Senhores Sergio Tufik e Roberto Kalil Issa, os quais deverão ser médicos radiologistas e (b) 1 (um) membro indicado pelos FIPs Pátria. Os demais 2 (dois) membros do Comitê Médico serão eleitos pelo Conselho de Administração, conforme indicação dos demais acionistas signatários do acordo de acionistas.

Comitê de Aquisições

O Comitê de Aquisições, instituído em 19 de maio de 2011, é um órgão de assessoramento e instrução permanente cujas competências envolvem o auxílio na coordenação e na avaliação de aquisições de novas sociedades pela Companhia. Tal atividade tem por fim mitigar os riscos que a Companhia está exposta ao combinar a estrutura operacional com as novas investidas.

O Comitê de Aquisições é constituído por 6 (seis) membros, sendo 2 (dois) indicados pelos FIPs Pátria, 2 (dois) indicados pelos Senhores Sergio Tufik e Roberto Kalil Issa e 2 (dois) eleitos pelo Conselho de Administração, conforme indicação dos demais signatários do acordo de acionistas.

Por fim, ressalta-se que os trabalhos de todas as áreas e departamentos da Companhia passam por testes para avaliação dos controles internos. A responsabilidade primária pelo gerenciamento de risco e manutenção dos controles internos é de cada área da Companhia.

(c) Adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política de gerenciamento de riscos

A verificação da eficácia dos processos de gerenciamento de riscos e controles é supervisionada pelo Conselho de Administração, que tem por missão também assegurar conjuntamente a integridade, adequação e a eficácia dos controles internos. A Administração da Companhia elabora planos anuais de auditoria e os aplica como uma forma de avaliar os mecanismos de controle.

Um outro meio objetivo de verificação da eficácia das políticas de gerenciamentos de riscos se dá pelo programa SIGA que avalia cada unidade por meio de 80 requisitos, resultando numa classificação de desempenho: SIGA Bronze; SIGA Prata e SIGA Ouro. Tal classificação indica à administração da Companhia os focos de atenção na gestão de cada unidade.

Por fim, para manter os padrões e certificações concedidos pela ONA, a Companhia deve, entre outros, monitorar de maneira periódica seus resultados e promover ações de melhoria, ter capacidade de identificar possíveis riscos que a Companhia possa eventualmente estar exposta e revisar periodicamente suas políticas e instrumentos, medidas que contribuem para uma verificação sistemática da efetividade de suas políticas e procedimentos.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

(a) Política Formalizada de Gerenciamento de Riscos

A Companhia não adota uma política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado, uma vez que tem como prática monitorar constantemente os riscos que possam impactar o atingimento dos objetivos previstos no planejamento estratégico e operacional da Companhia, incluindo mudanças no cenário macroeconômico e setorial que possam influenciar suas atividades.

Não obstante não possua uma política formalizada, a Companhia possui um Comitê de Riscos e Compliance, conforme mencionado no item 5.1, que se reúne mensalmente, nos quais são discutidos todos os riscos considerados relevantes, as ações que serão, ou foram, tomadas para mitigar seus efeitos e as melhores práticas de controles internos das áreas corporativas.

Ademais, a Companhia adota como conduta de gerenciamento de riscos: (i) manter um nível de caixa mínimo como forma de assegurar a disponibilidade de recursos financeiros e minimizar riscos de liquidez; (ii) monitorar frequentemente o desenvolvimento de seus projetos e as tendências do setor de diagnósticos e saúde para aprimorar a compreensão e análise de mercado como forma de atenuar os riscos e maximizar o retorno do negócio; e (iii) monitorar a eficiência e diligência nos seus gastos, analisando seus diversos processos e a forma como os investimentos estão sendo alocados, bem como o acompanhamento do volume de despesas, buscando meios para que sejam reduzidas, atenuando, assim, riscos de desperdício e mal gerenciamento de recursos.

(b) Objetivos e Estratégias da Política de Gerenciamento de Riscos

(i) Riscos para os quais se busca proteção

Os principais riscos para os quais a Companhia busca proteção são aqueles decorrentes de liquidez, de resultado devido a oscilações de taxas de mercado e de crédito.

(ii) Estratégia de proteção patrimonial (*Hedge*)

Risco de taxas de juros: Para garantir a proteção patrimonial a administração mantém suas aplicações atreladas ao CDI, de modo a garantir um *hedge* natural frente à sua exposição passiva, mitigando, desta maneira, parte do impacto negativo de oscilações de taxas de juros.

O Grupo está exposto ao risco de taxa de juros, uma vez que suas controladas e coligadas obtêm empréstimos tanto com taxas de juros prefixadas como com pós-fixadas. Esse risco é administrado pelo Grupo através da manutenção de um mix apropriado de empréstimos a taxas de juros prefixadas e pós-fixadas.

A Companhia apresenta, a seguir, quadro demonstrativo de análise de sensibilidade dos empréstimos com encargos financeiros variáveis, tais como CDI, TJLP e Libor entre outros, que descreve os riscos que podem gerar prejuízos materiais para a Companhia e suas controladas, com cenário mais provável (cenário base), segundo avaliação efetuada pela Administração.

Para a realização da análise de sensibilidade demonstrada no quadro a seguir, a Administração utilizou como premissa de estimativas para o cenário provável, os indicadores macroeconômicos vigentes na data mais próxima da divulgação destas

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercados financeiros

demonstrações financeiras. Para aqueles empréstimos e financiamentos atrelados a taxas pós-fixadas, consideradas para essa análise de sensibilidade como a variável de risco. Assim, a Companhia estima no cenário provável as taxas anuais TJLP em 5,04%, o CDI em 1,90% e Libor em 0,09%. O “Cenário possível” contempla um aumento de 25% nas taxas em questão e o “Cenário remoto” um aumento de 50%.

	Consolidado			
	Valor contábil	Cenário base	Cenário possível 25%	Cenário Remoto 50%
Empréstimos por indexador				
CDI + 1,10% a 3,35%	780.178	780.178	783.884	787.590
Libor + 3,59% a 6%	1.466	1.466	1.466	1.467
TJLP + 5% a 5,7%	102	102	103	104
Instrumentos financeiros derivativos (posição passiva)				
Indexador				
CDI + 1,19% a 1,5%	6.925	6.925	6.958	6.991
	788.671	788.671	792.411	796.152
Aplicações financeiras e Títulos e valores mobiliários				
Indexador				
80% a 103% CDI	(614.488)	(164.488)	(165.268)	(166.050)
Exposição líquida	624.183	624.183	627.143	630.102
Aumento (redução) nas despesas financeiras em relação ao cenário base	-	-	2.960	5.919

Risco de taxa de câmbio: A Companhia faz algumas transações em moeda estrangeira, consequentemente, surgem exposições às variações nas taxas de câmbio. Essas exposições são administradas de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Administração, por meio da utilização de contratos futuros de moeda. A Companhia mantém instrumentos derivativos de hedge para proteger suas exposições de risco de variação de moeda estrangeira e taxa de juros.

Os valores contábeis dos ativos e passivos monetários em moeda estrangeira no encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 são apresentados a seguir:

	Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019
Moeda estrangeira USD		
Capital de giro	9.814	226.367
Financiamento de equipamentos	1.466	3.411
Fiança	36	41
(-) Custo de captação	(3)	(12)
Total	11.313	229.807

Na elaboração da análise de sensibilidade para o risco da taxa de câmbio foi utilizada a cotação do dólar, disponibilizada no mercado financeiro, tendo como cenário provável o dólar cotado a R\$ 5,01, estimado para 31 de dezembro de 2021, conforme entendimento do mercado, divulgado através do Boletim Focus do dia 5 de fevereiro de 2021. Os cenários possível

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercados financeiros

e remoto foram calculados com deteriorações de 25% e 50% na variável de risco sobre o cenário base, que no caso é a cotação futura do dólar. A análise de sensibilidade levou em consideração a exposição ativa ou passiva líquida do Consolidado e da Controladora, sendo que nos casos em que a exposição é ativa, a deterioração da variável de risco, nesse caso, se refere à redução da taxa do dólar, ao passo que nos casos em que a exposição é passiva, a deterioração se refere ao aumento da taxa do dólar. O cenário base foi calculado utilizando-se o dólar de fechamento em 31 de dezembro de 2020, de R\$ 5,20.

	31/12/2020 Consolidado			
	Valor contábil	Cenário base	Cenário possível 25%	Cenário Remoto 50%
Financiamentos em moeda estrangeira Dólar	11.316	10.909	13.636	16.364
Instrumentos financeiros derivativos – SWAP (posição ativa) Dólar	(9.814)	(9.461)	(11.826)	(14.192)
Exposição passiva líquida após derivativos	1.502	1.448	1.810	2.172
Efeito líquido da variação cambial – (ganho)/perda	-	(54)	362	724

Risco de crédito: É avaliado em bases históricas pela Administração, estando sujeito a oscilações de mercado e da economia nacional e local. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é calculada em montante considerado pela Administração como suficiente para cobrir eventuais perdas na realização dos créditos.

Risco de liquidez: O Grupo gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais e da combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

No ano de 2020 foram realizadas uma série de medidas com o objetivo de preservação do caixa. A Companhia realizou negociações com alguns de seus principais credores a fim de alongar o cronograma de vencimentos de suas dívidas, reduzindo a concentração de vencimentos de empréstimos e financiamentos nos próximos 12 meses e reforçando a solidez financeira do balanço. O resultado foi o alongamento de dívida, além do reforço do capital de giro.

Risco de inflação: Ao mesmo tempo em que a maior parte dos custos da Companhia estão atrelados à inflação, a receita também um repasse baseado na inflação. Desta maneira, também há um *hedge* natural na exposição da Companhia aos índices inflacionários.

(iii) Instrumentos utilizados para proteção patrimonial (*Hedge*)

Atualmente a Companhia não utiliza instrumentos de proteção patrimonial *hedge*, exceto na linha de empréstimo 4.131, por meio das quais referido instrumento financeiro engloba um instrumento de proteção patrimonial.

(iv) Parâmetros Utilizados para gerenciamento de riscos

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de merc...

Os parâmetros utilizados foram citados no item (a).

(v) Se o emissor operar instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (*Hedge*) e quais são estes objetivos

A Companhia não opera instrumentos financeiros fora do contexto apresentado no item (iii) acima.

(vi) Estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos

Apesar de não ter uma política de gerenciamento de riscos de mercado formalizada, a administração destes riscos é efetuada por meio das nossas estratégias operacionais e dos seus controles internos, visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança das operações da Companhia.

Tais procedimentos são coordenados pela Diretoria Financeira, por meio de (i) monitoramento periódico de indicadores macroeconômicos e portfólio de clientes e contratos; (ii) gestão ativa dos contratos, incluindo medidas preventivas (tais como análise de risco de crédito antes da contratação com potenciais clientes) e atualização das condições financeiras dos clientes; e (iii) manutenção de contas-correntes bancárias com instituições aprovadas pela administração com o objetivo de diversificação de risco.

Essas ações são reportadas regularmente à Diretoria e ao Conselho de Administração, que analisam as informações e discutem diretrizes e medidas para aprimorar as práticas de controle da Companhia.

A Companhia possui como prática não efetuar aplicações em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco, de caráter especulativo.

(c) Adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

A Companhia monitora os seus riscos através de uma estrutura organizacional multidisciplinar, na qual a Diretoria Financeira avalia se as ações praticadas estão sendo feitas de maneira compatível às condutas adotadas para gerenciamento de riscos e eficientes para a gestão e o resultado da Companhia.

A administração da Companhia entende que a estrutura operacional e controles internos adotados são adequados para o acompanhamento dos riscos aos quais a Companhia está exposta.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

A Companhia implementou e aprimora seus controles internos de modo a fornecer aos seus acionistas razoável segurança sobre a confiabilidade de suas demonstrações e demais informações financeiras, pautando-se, para tanto, em regras contábeis emitidas por órgãos e entidades nacionalmente reconhecidas, tais como os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") previamente aprovados e referendados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e as normas contábeis emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

Ademais, a Companhia também implementa em seus controles internos relativos à elaboração das demonstrações financeiras e à geração de informações gerenciais, padrões e procedimentos de controle e monitoramento que visam garantir fidedignidade e transparência compatíveis com os requisitos atualmente exigidos pelo ambiente de negócios. Neste processo, as áreas de controladoria e finanças validam as informações e a consistência das informações contábeis com as informações acompanhadas pelos gestores mensalmente. Todas as linhas de resultado de cada unidade ou centro de custos são disponibilizadas para os respectivos gestores, que na análise de suas informações também contribuem para assegurar a consistência dos números reportados. Esses procedimentos visam adicionalmente a aprimorar a performance e supervisão organizacional, reduzir a extensão de riscos de fraudes da Companhia ou de perdas atribuíveis a fatores relacionados a desempenho, decisões, imagem ou quaisquer outros.

a. as principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

Para assegurar a elaboração e revisão eficientes de demonstrações financeiras, a integridade das informações e para proteção de seu patrimônio e interesses em relação a riscos de diferentes naturezas, a Companhia dispõe de procedimentos e recursos, incluindo:

- Equipes de tecnologia da informação, controladoria e auditoria interna;
- Automatização da maioria dos lançamentos contábeis;
- Controle dos acessos lógicos aos sistemas, segregação de funções para transações críticas em relação à segurança dos processos;
- Definição de alçadas de aprovação para transações conforme sua relevância;
- Revisão gerencial dos fechamentos contábeis, das conciliações bancárias, de lançamentos contábeis manuais e de resultados de inventários;

A estrutura de governança conta ainda com código de ética, canal de denúncias, políticas e procedimentos que referentes à definição de princípios, responsabilidades, atribuições e critérios quanto a manutenção de registros fidedignos e adequados das operações da Companhia para permitir a elaboração de demonstrações financeiras de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos e com relação à certeza de que os recebimentos e dispêndios estejam sendo feitos somente conforme a autorizações da administração e do Conselho de Administração.

O sistema de controles internos e as práticas estabelecidas pela Companhia são avaliadas e monitoradas pela Auditoria Interna. As eventuais imperfeições e deficiências são relatadas nas Cartas de Controles Internos da Auditoria Externa ou nos Relatórios de Auditoria Interna, e são reportadas à Administração, desdobrando-se em planos de ação para mitigar a exposição a riscos e / ou corrigir os processos.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

A estrutura de governança é considerada pela Diretoria como eficaz para assegurar as informações solicitadas e divulgadas nos relatórios das Companhias, bem como para a tomada de decisões tempestivas em relação à minimização de riscos e otimização de oportunidades.

b. as estruturas organizacionais envolvidas

O sistema de controles internos da Companhia conta com as áreas de Controladoria, Auditoria Interna, Relações com Investidores, Segurança da Informação. Dentre as responsabilidades dessas áreas estão:

- (i) identificar e mensurar os riscos existentes nos processos da Companhia;
- (ii) avaliar a eficácia dos controles destinados à mitigação desses riscos;
- (iii) endereçar junto à Alta Administração ações que reduzam ou eliminem a exposição da Companhia aos riscos, mediante o aperfeiçoamento dos controles;
- (iv) garantir um ambiente de integridade corporativa que garanta uma atuação sustentável e perene;
- (v) assegurar a adequação dos controles internos que tragam confiabilidade e integridade às demonstrações financeiras e
- (vi) estabelecer rotina de monitoramento que garanta constante acompanhamento e aprimoramento de todo o sistema de controles internos.

A Companhia possui também comitês de assessoramento ao Conselho de Administração, dentre eles: Comitê Financeiro, Comitê Médico e Comitê de Riscos. Cabe também ressaltar que a responsabilidade primária pela manutenção dos controles internos e gerenciamento dos riscos é atribuição de cada área de negócios da Companhia.

c. se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

O processo de supervisão e acompanhamento da eficiência dos controles internos voltados à elaboração e asseguração das Demonstrações Financeiras está descrito nos itens a e b acima.

Adicionalmente, a administração acompanha e avalia a eficácia dos mecanismos de controle como elementos de identificação, mensuração e mitigação de riscos de qualquer natureza que possam afetar os interesses e/ou o patrimônio da Companhia, e para garantir a aplicação mais racional possível dos recursos disponíveis. São realizados planos de ações de melhorias de controle interno, que são objeto de "follow up" destinados a promover a sua efetiva e tempestiva aplicação. A eficácia do controle interno da Companhia sobre a divulgação das informações financeiras em 31 de dezembro de 2020 foi revisada pela Ernst & Young Auditores Independentes, e o resultado desta revisão está indicado no item "d" desta seção.

d. deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

A Ernst & Young Auditores Independentes ("Auditores") realizou o exame das Demonstrações Financeiras da Companhia referente ao período findo em 31 de dezembro de 2020, com o objetivo de expressar suas opiniões a respeito destas demonstrações e emitir suas sugestões para melhoria dos controles internos.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

Nesse contexto, foram apontadas as seguintes deficiências:

- 1) Procedimento de reconhecimento de receita

Ponto:

Com base em discussões com a Administração e em outros procedimentos realizados foi verificada a ausência de conciliação tempestiva, detalhada e automatizada dos serviços prestados e ainda não faturados, considerando inclusive a expectativa de recuperabilidade dos saldos. Não obstante, pode haver atraso na inclusão de informações no sistema quanto à data de conclusão dos laudos emitidos para certos serviços prestados, bem como do envio de informações dos exames realizados às operadoras de planos de saúde. Adicionalmente, o reconhecimento da receita considera a efetiva realização dos exames, todavia, não considera, para todos os exames, a data de cumprimento de todas as obrigações de desempenho, destacando-se a data de emissão dos laudos dos exames. Dessa forma, o reconhecimento da receita não considera, em sua completude, os princípios do CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente (equivalente ao IFRS 15 - Revenue from Contracts with Clients). O IFRS 15/CPC 47 determina que a Companhia avalie dentre outros fatores as obrigações de desempenho dos contratos, que no caso de certos exames da Alliar é cumprida no momento da emissão do laudo com o resultado do exame e sua disponibilização para um cliente particular ou beneficiário de plano de saúde. Em decorrência de tal prática foi identificado um ajuste de auditoria, líquido de impostos e efeitos decorrentes de exercícios anteriores, na ordem de R\$ 1.697 mil.

Risco:

A ausência de informações relevantes para o reconhecimento da receita e contas a receber a faturar como a data em que ocorreu a prestação do serviço, prazo de faturamento acordado entre a Companhia e operadoras de saúde, data de emissão do laudo e status do exame no que tange seu faturamento, podem impactar em erro no reconhecimento contábil em relação ao valor, cumprimento das obrigações de performance e expectativa de que os benefícios gerados pela prestação do serviço fluirão para a Companhia, potencializando os riscos de erros se materializarem.

Recomendação:

Tendo em vista o alto volume de transações, variedade de serviços, grande número de unidades operacionais, que demandam algum tempo para padronização de procedimentos, é de suma importância que a Companhia tenha um sistema de informações contábeis e gerenciais que atenda suas necessidades. No contexto atual de processo de reconhecimento de receita, recomendamos que a Administração designe uma pessoa para revisar as conciliações tempestivamente (ao menos trimestralmente), de forma a assegurar que as conciliações sejam efetuadas regularmente e de forma adequada. A pessoa encarregada da verificação deve ser uma pessoa independente do preparador e com maior nível de senioridade. A mudança no processo deve incluir uma maior interação entre os módulos financeiro e contábil, bem como uma melhor rastreabilidade das informações utilizadas para a conciliação. Além disso, as conciliações devem ser arquivadas, e sempre que possível assinadas, evidenciando a revisão. Sugerimos ainda que o processo de formalização da revisão seja feito em meio eletrônico, facilitando o seu arquivamento e rastreabilidade. É fundamental que a Companhia e sua Administração possam informar e consultar, de forma tempestiva, as informações, como o prazo de faturamento acordado entre a Companhia e operadoras de saúde, data de emissão do laudo, status dos serviços no que tange seu faturamento, inclusive com associação da nota fiscal referente ao exame prestado, de forma que o reconhecimento da receita atenda, em sua completude, aos princípios do IFRS 15/CPC 47. Recomendamos também que valores recebidos dos clientes particulares, por serviços ainda não concluídos, sejam considerados como receita diferida (passivo) e seja reconhecido como receita à medida em que os laudos

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

forem sendo emitidos. Além disso, o departamento de TI e a contabilidade da Companhia podem trabalhar em conjunto para que a integração entre o Pleres e o Protheus receba melhorias ao ponto de possibilitar que composições analíticas sejam extraídas de forma automatizada e com layout que atenda às necessidades do processo de fechamento contábil considerando os pressupostos do IFRS 15/CPC 47.

2) Deficiência no controle de revalidação periódica de usuários e perfis do Sistema Protheus, Pleres e VetorH
Ponto:

Não identificamos, durante nossos procedimentos de avaliação dos controles gerais de TI, evidências de revisão das informações da lista (IPE) utilizada para revisão dos usuários. Logo, não foi possível garantir a completude e a integridade da lista utilizada na revisão. Constatamos que não foi feito a extração da lista de usuários posteriormente à revisão com as devidas evidências, de modo a corroborar que as revogações foram executadas como solicitado e de forma tempestiva. Adicionalmente, verificamos que não ocorreu um retorno formal da análise feita por alguns revisores. Logo não foi possível garantir que cada um dos usuários tenha sido revisado por profissional adequado. Apesar de existir um controle de log no qual é possível identificar as alterações feitas na planilha compartilhada na nuvem (G Suite), identificando usuário, data de alteração e posição na planilha onde o arquivo foi alterado, concluímos que é inviável a análise e identificação dos usuários que executaram a revisão, considerando o grande volume de dados (informações de log) gerados durante a revisão. Diante do exposto, não foi possível obter segurança de que todos os usuários e perfis de acesso foram revisados por pessoas adequadas no sistema Protheus. Por fim, ao compararmos as solicitações de revogação e ajustes feitas na revisão com a lista de usuários ativos no sistema Protheus obtida posteriormente, identificamos que 17 acessos foram mantidos como ativos, apesar das solicitações de bloqueio. No sistema Pleres não conseguimos assegurar que a revogação dos usuários ocorreu de forma tempestiva, uma vez que não foi evidenciado a data em que os usuários foram bloqueados no sistema, além disso a lista dos usuários ativo e inativos não possui a data de bloqueio. Adicionalmente, identificamos que os usuários "FTESTE" e "homologação" continuam ativos no sistema, apesar de ter sido solicitado a revogação de seus acessos. No sistema VetorH, ao compararmos as solicitações de revogação indicadas na revisão com a lista de usuários ativos no sistema VetorH, identificamos que 10 usuários foram mantidos como ativos, apesar das solicitações de bloqueios feitas pelos revisores.

Risco:

Existência de usuários do ambiente de TI (tanto da área de TI quanto das áreas de negócio) inadequados. Os acessos a funções nas aplicações de TI são combinados em perfis, os direitos de acesso nos perfis podem conter conflitos de segregação de funções e potencializam o risco de erro material nas demonstrações financeiras.

Recomendação:

Recomendamos que seja instituído um procedimento formal com periodicidade definida de revisão de usuários ativos e perfis de acesso, incluindo a identificação de funções conflitantes dentro de um mesmo perfil, a partir das listas de usuários e perfis extraídas diretamente dos sistemas. Em seguida, os gestores responsáveis deverão avaliar os acessos dos profissionais sob sua gestão considerando as atribuições de seus respectivos cargos e áreas de atuação, de modo que os profissionais possuam os perfis de acesso sempre condizentes com as funções que desempenham na empresa, visando mitigar o risco de que os usuários se tornem indevidos a partir de algum momento da sua utilização. Adicionalmente, é importante salientar que os gestores não podem revisar os próprios acessos, para que seja mantida segregação entre as funções críticas. Vale ressaltar a necessidade de, ao extrair a lista de usuários dos sistemas para posterior avaliação,

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

assegurar a completude e integridade dos dados visando demonstrar que não ocorreram extravios ou alterações. Adicionalmente, a Companhia precisa demonstrar quais foram as análises realizadas pelos revisores, de maneira a prover conforto de que os acessos foram avaliados por profissionais com conhecimento, autoridade e competência para executar a tarefa. Por fim, a Companhia precisa demonstrar que os acessos foram alterados de forma tempestiva, conforme a avaliação documentada pelos revisores.

- 3) Deficiência no controle de revalidação dos usuários terceiros e genéricos do Sistema Protheus e VetorH

Ponto:

Não identificamos, durante nossos procedimentos de avaliação dos controles gerais de TI, evidências de revisão das informações da extração da lista (IPE) utilizada para revisão dos usuários. Logo, não foi possível garantir a completude e a integridade da lista utilizada na revisão. Verificamos que não foi feito a extração da lista de usuários posteriormente à revisão com as devidas evidências, de modo a corroborar que as revogações foram executadas como solicitado e de forma tempestiva. No sistema Protheus não ocorreu um retorno formal da análise feita por alguns revisores, logo não foi possível garantir que cada um dos usuários tenha sido revisado por uma pessoa adequada. Além disso, identificamos 3 usuários ativos com acesso indevido no Protheus. Verificamos que o controle tem como finalidade somente identificar a necessidade de bloqueio dos usuários no sistema. Isso significa que não é avaliado na revisão se os acessos de cada usuário terceiro/genérico é apropriado. No VetorH não foi possível avaliar se 7 acessos deveriam ser mantidos ou revogados, uma vez que não foi identificado na tabela de revisão um campo contendo as ações que deveriam ser executadas para cada um desses acessos. Adicionalmente, verificamos que o controle tem como finalidade somente identificar a necessidade de bloqueio dos usuários no sistema. Não é avaliado na revisão se os acessos de cada usuário terceiro/genérico é apropriado.

Risco:

Existência de usuários do ambiente de TI (tanto da área de TI quanto das áreas de negócio) inadequados. Os acessos a funções nas aplicações de TI são combinados em perfis, os direitos de acesso nos perfis podem conter conflitos de segregação de funções e potencializam o risco de erro material nas demonstrações financeiras.

Recomendação:

Recomendamos que seja instituído um procedimento formal com periodicidade definida de revisão de usuários ativos e perfis de acesso, incluindo a identificação de funções conflitantes dentro de um mesmo perfil, a partir das listas de usuários e perfis extraídas diretamente dos sistemas. Em seguida, os gestores responsáveis deverão avaliar os acessos dos profissionais sob sua gestão, considerando as atribuições de seus respectivos cargos e áreas de atuação, de modo que os profissionais possuam os perfis de acesso sempre condizentes com as funções que desempenham na empresa, visando mitigar o risco de que os usuários se tornem indevidos a partir de algum momento da sua utilização. Adicionalmente, é importante salientar que os gestores não podem revisar os próprios acessos, para que seja mantida segregação entre as funções críticas.

- 4) Ausência de processo de avaliação quanto à segregação de funções do processo de mudança dos sistemas Pleres e Vetorh

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

Ponto:

Fomos informados pela Administração que, para os sistemas Pleres e Vetorh, os fornecedores são responsáveis pelo desenvolvimento e a Companhia responsável pelo transporte das mudanças para o ambiente de produção. Contudo, não recebemos evidências corroborativas de quais são os usuários com acessos a realizar transportes de mudanças para o ambiente de produção. Portanto, não foi possível atestar a eficácia do desenho do controle de segregação de funções entre usuários com acesso para desenvolvimento de mudanças e usuários com permissão de transporte de mudanças para os ambientes de produção destes sistemas.

Risco:

Os programas em ambiente de produção não são protegidos, permitindo que os desenvolvedores façam alterações não autorizadas ou não testadas no ambiente de produção, podendo ocasionar em erro material nas demonstrações financeiras. Existência de usuários do ambiente de TI (tanto da área de TI quanto das áreas de negócio) inadequados.

Recomendação:

Recomendamos que a Administração desenhe e execute um controle de revisão periódica para verificar se há segregação entre os acessos dos usuários de desenvolvedores e aqueles que podem realizar o transporte de mudanças para o ambiente de produção.

e. Comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

A Administração da Companhia concorda com o relatório do auditor sobre os controles internos relacionados ao período findo em 31 de dezembro de 2020. De acordo com a avaliação da Administração, as deficiências reportadas pelos auditores não apresentam probabilidade de distorções de magnitude relevante que possam surgir nas demonstrações financeiras. Os comentários e planos de ação são apresentados a seguir:

1) Procedimento de reconhecimento de receita

Plano de Ação A administração já iniciou os testes para a avaliação da viabilidade do reconhecimento via data laudo de forma integrada com o Pleres, para os serviços que possuem a emissão do laudo. Desta forma, vale destacar que alguns tipos de serviços prestados pela Companhia não necessariamente resulta na emissão de um laudo e, desta forma, a Companhia está avaliando o momento em que efetivamente cumpre a obrigação de desempenho nestes serviços para que a receita seja reconhecida neste momento específico do tempo, conforme o CPC 47, como por exemplo: (i) a aplicação de vacinas cujo reconhecimento da receita já ocorre na data da aplicação; e (ii) análises clínicas cujo reconhecimento da receita deverá ser realizado na data da emissão do resultado dos exames.

Atualmente, para os casos em que há a emissão do laudo, a receita é reconhecida pela data do exame, que não difere tanto da data do laudo. Reforçamos que mensalmente há a integração do Pleres x Protheus, onde a conciliação é feita pelo coordenador contábil. Adicionalmente, visto a importância do tema, a Administração elaborou uma política para reconhecimento da receita.

Responsáveis Contabilidade

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

Data Prevista de Correção Dez/21.

- 2) Deficiência no controle de revalidação periódica de usuários e perfis do Sistema Protheus, Pleres e VetorH

Plano de ação: Extrair de cada sistema (Protheus, Pleres e Vetor RH) o perfil de acessos, (View base de dados), cruzar com os dados da folha de pagamento (Nome, empresa e cargo), abrir uma tarefa no sistema Ellevo - Acessos, Caminho: - Processo Permissões - Revisão de Perfis de Acessos enviar tarefa para o aprovador uma lista em anexo. Caso tenha alteração de perfil será aberto uma tarefa para alteração." Essas tarefas são executadas pela equipe de gestão de acesso juntamente com o gestor responsável da área solicitante, posteriormente as evidências são arquivadas de forma digital no sistema de chamados permitindo total rastreabilidade.

Responsáveis: Tecnologia da Informação

Status atual: Implantado em 01/04/2021.

- 3) Deficiência no controle de revalidação dos usuários terceiros e genéricos do Sistema Protheus e VetorH

Plano de Ação: Extrair de cada sistema (Protheus, Pleres e Vetor RH) o perfil de acessos, (View base de dados), cruzar com os dados da folha de pagamento (Nome, empresa e cargo), abrir uma tarefa no sistema Ellevo - Acessos, Caminho: - Processo Permissões - Revisão de Perfis de Acessos enviar tarefa para o aprovador uma lista em anexo. Caso tenha alteração de perfil será aberto uma tarefa para alteração." Essas tarefas são executadas pela equipe de gestão de acesso juntamente com o gestor responsável da área solicitante, posteriormente as evidências são arquivadas de forma digital no sistema de chamados permitindo total rastreabilidade.

Responsáveis: Tecnologia da Informação

Status atual: Implantado em 01/04/2021.

- 4) Ausência de processo de avaliação quanto à segregação de funções do processo de mudança dos sistemas Pleres e Vetorh

Plano de Ação: No processo de contratação de novos profissionais ou no processo de transferencia/promoção/Alteração de cargos e localidades, a área solicitante abre um chamado para a área de tecnologia usando a plataforma elevo, este chamado é enviado para aprovação do gestor da área solicitante e/ou RH, se aprovado, a área de TI realiza a associação dos novos contratados/transferidos para o novo perfil e fecha o chamado na plataforma Ellevo, permitindo 100% de rastreabilidade. A área de RH e as demais áreas da empresa realizam revisões nos acessos versus funções periodicamente e se existirem alterações necessárias, abre um chamado para TI via plataforma Elevo, para montagem ou adequação de novos perfis de acesso.

Responsáveis: Tecnologia da Informação/Recursos Humanos

Status atual: Implantado em 01/04/2021.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

- a. se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:

- i. os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas:

Os principais mecanismos e procedimentos são: Código de Ética e Conduta; Avaliação Mensal de Riscos; Relacionamento com Terceiros; Monitoramento de Terceiros; Relacionamento com Órgãos Públicos; Relacionamento com Órgãos Públicos; Comitê de Ética; Comitê de Risco e Compliance. Os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas sob demanda.

Código de Ética e Conduta: O Código de Ética e Conduta da Companhia contempla diversas políticas: de seleção e contratação de funcionários; de presentes, hospedagem, entretenimento, viagens e despesas; de patrocínio; de doações ou contribuições políticas; de doações de caridade; de pagamentos de facilitação; de registros contábeis e financeiros; de prevenção de fraudes, colusão e coação; de prevenção à lavagem de dinheiro; de relações com concorrentes (normas antitruste); e de due diligence de terceiros (parceiros comerciais, prestadores de serviços, fornecedores, agentes, procuradores, despachantes, representantes comerciais, distribuidores, consultores, empreiteiros e quaisquer outros terceiros que representem a Companhia).

Avaliação Mensal de Riscos: A Companhia possui, desde 2012, um Comitê de Riscos e Compliance responsável pela avaliação e monitoramento dos riscos da Companhia. São atribuições do Comitê de Riscos e Compliance da Companhia, dentro outros, o monitoramento dos riscos jurídicos da Companhia e a revisão de cláusulas de compliance e anticorrupção a serem incluídas nos contratos celebrados pela Companhia.

Relacionamento com Terceiros: A Companhia adota práticas rígidas na negociação e administração de todas as atividades comerciais. Os parceiros de negócio e fornecedores da Companhia são respeitados e reconhecidos como importantes agentes entre os públicos de relacionamento com a Companhia. No processo de contratação, a Companhia evidencia as exigências para que todos os parceiros de negócio e fornecedores atendam à legislação vigente, com especial atenção para o cumprimento da legislação aplicável aos negócios da Companhia. De acordo com o Código de Ética e Conduta os colaboradores envolvidos no processo de seleção ou que se envolvam pessoalmente com fornecedores devem procurar seus superiores imediatos para comunicar qualquer tipo de vínculo pessoal com empresas e/ou profissionais que prestem serviços à Companhia. Além disso, os colaboradores não podem receber pagamentos impróprios e doações de fornecedores em troca de concessão de vantagens comerciais ou benefícios, a não ser brindes corporativos compatíveis com boas práticas comerciais.

Monitoramento de Terceiros: De forma a proteger a Companhia em relação aos riscos decorrentes das leis anticorrupção por atos praticados por terceiros prestadores de serviço, os contratos celebrados com nossos parceiros de negócios possuem cláusulas anticorrupção que proíbem expressamente a prática de qualquer forma de suborno e corrupção. Além disso, as cláusulas de anticorrupção preveem o direito de a Companhia rescindir automaticamente o contrato celebrado, quando comprovada falha do terceiro em cumprir com tais cláusulas anticorrupção.

Relacionamento com Órgãos Públicos: A Companhia mantém o mais alto nível de integridade na relação com representantes do governo e seus colaboradores são orientados a (i) não dar ou receber qualquer tipo de pagamento, seja em dinheiro, presentes, serviços ou qualquer benefício de valor com o objetivo de suborno ou tratamento especial; (ii) cumprir a legislação e não executar qualquer ação que viole as leis e regulamentos vigentes; (iii) manter um relacionamento ético, transparente e de credibilidade com os órgãos governamentais; e (iv) comprometer-se a seguir as

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

regras estabelecidas pela Lei nº 12.846/2013, devendo sempre basear-se na transparência e nos princípios do Código de Conduta e Ética da Companhia.

Comitê de Ética: A Companhia possui um Comitê de Ética que será convocado na medida em que houver necessidade (convocação por demanda). Tal comitê é composto por representantes da Diretoria e das áreas de Recursos Humanos e Jurídica, sendo responsável por avaliar e decidir sobre casos de violação ao Código de Ética e Conduta.

Comitê de Risco e Compliance: A Companhia possui, desde 2012, um Comitê não estatutário de Riscos e Compliance, responsável pela avaliação e monitoramento dos riscos da Companhia. O Comitê é composto por um representante do departamento jurídico, pelo diretor financeiro e por um consultor de riscos externo, que se reportam diretamente ao Conselho de Administração da Companhia. Os membros deste Comitê devem se reunir mensalmente para acompanhamento de riscos, sendo que a cada reunião um relatório sumário dos assuntos tratados deve ser gerado. As atribuições do Comitê de Riscos e Compliance estão descritas no item 3 acima

ii. as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes;

A Companhia possui um Comitê de Ética e um Comitê de Risco e Compliance. Esses Comitês não são estatutários. O Comitê de Ética é composto por representantes da Diretoria e das áreas de Recursos Humanos e Jurídica. O Comitê de Riscos e Compliance é composto por um representante do departamento jurídico, pelo diretor financeiro e por um consultor de riscos externo, que se reportam diretamente ao Conselho de Administração da Companhia, garantindo sua independência.

iii. se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:

• se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados;

A Companhia possui, desde novembro de 2013, um Código de Ética e Conduta que serve como guia prático de conduta pessoal e profissional, a ser utilizado por todos os colaboradores da Companhia e de suas controladas em suas interações e decisões diárias no exercício de suas atribuições.

O Código de Ética e Conduta da Companhia contempla diversas políticas: de seleção e contratação de funcionários; de presentes, hospedagem, entretenimento, viagens e despesas; de patrocínio; de doações ou contribuições políticas; de doações de caridade; de pagamentos de facilitação; de registros contábeis e financeiros; de prevenção de fraudes, colusão e coação; de prevenção à lavagem de dinheiro; de relações com concorrentes (normas antitruste); e de due diligence de terceiros (parceiros comerciais, prestadores de serviços, fornecedores, agentes, procuradores, despachantes, representantes comerciais, distribuidores, consultores, empreiteiros e quaisquer outros terceiros que representem a Companhia). Todas as pessoas ligadas à Companhia devem pautar a sua atuação em princípios éticos e nos valores estabelecidos no Código de Ética e Conduta, que refletem um padrão comportamental irrepreensível.

• se e com que frequência os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados são treinados em relação ao código de ética ou de conduta e às demais normas relacionadas ao tema;

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

Os administradores e colaboradores da Alliar devem aderir formalmente ao Código de Conduta no momento inicial de sua contratação. O Código de ética e Conduta está disponível no site da Companhia, ou ainda em: http://ri.alliar.com/download_arquivos.asp?id_arquivo=547E03B5-7D11-46D7-B1C5-EFFD36905D02

- as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas;**

Qualquer Administrador ou Colaborador que viole essa política ou que autorize ou permita sua violação estará sujeito a ações disciplinares, inclusive o seu desligamento. As relações com clientes, fornecedores, concorrentes, funcionários, órgãos da administração pública e representantes governamentais baseiam-se no cumprimento de todas as leis e regulamentos aplicáveis.

- órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

A Companhia possui, desde novembro de 2013, O Código de ética e Conduta. O mesmo está disponível no site da Companhia, ou ainda em: http://ri.alliar.com/download_arquivos.asp?id_arquivo=547E03B5-7D11-46D7-B1C5-EFFD36905D02

- b. se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:**

- se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros;**

A Companhia possui desde o segundo semestre de 2016 canal de denúncia independente disponível através de número telefônico (hotline).

- se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados;**

O canal de denúncias é destinado a todos os públicos

- e há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciantes de boa-fé; e**

O canal de denúncias oferece a opção de recebimento de denúncias anônimas.

- órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias.**

As denúncias são encaminhadas para o departamento jurídico, Comitê de Riscos e Compliance, Comitê de Ética ou ainda aos órgãos responsáveis.

- c. se o emissor adota procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares nas pessoas jurídicas envolvidas; e**

Sim, durante os processos de *due diligence*.

- d. Caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido**

Possuímos, conforme respostas anteriores.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.5 - Alterações significativas

Não houve alterações significativas no último exercício social em relação aos principais riscos que a Companhia está exposta ou na política de gerenciamento de riscos adotada.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e

Não há outras informações que a Companhia julgue relevante em relação ao item 5 que não tenham sido divulgadas nos demais itens deste Formulário de Referência.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Os valores constantes nesta seção 10.1 foram extraídos das nossas demonstrações financeiras consolidadas referentes aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018.

a. Condições financeiras e patrimoniais gerais

Exercício de 2020 comparado com o exercício de 2019

O ano de 2020 foi marcado pelo impacto da pandemia da Covid-19. Em função dos impactos iniciais da pandemia, a receita de 2020 totalizou R\$ 928,8 milhões, uma contração de 13,4% em relação à 2019. O impacto da pandemia foi mais intenso no resultado do 2T20, seguida de uma normalização no 3T20 e volta ao crescimento no 4T20, com variações na receita líquida de -48,5% a.a., -6,1% a.a. e +11,8% a.a., respectivamente.

Em meio função do impacto inicial da pandemia, a Companhia priorizou medidas de Liquidez Financeira, reforçando o caixa com uma captação de R\$230 milhões. Além desse reforço, foi executado iniciativas de austeridade, a exemplo da adequação da capacidade operacional, através do fechamento temporário de 45 clínicas e redução nos horários de atuação, com posterior reabertura em meados do 2T20 e 3T20. Entre diversas iniciativas de contenção, a Companhia adotou a Medida Provisória 936, congelou temporariamente o plano de expansão, postergou o pagamento de dividendos para o final do exercício; renegociou contratos junto aos nossos fornecedores e parceiros e realizou uma revisão de custos e despesas.

A fim de reforçar ainda mais a solidez financeira do Balanço, renegociamos junto aos nossos credores novos prazos e condições de pagamento, reduzindo de forma expressiva a participação da dívida de curto prazo. Além do sucesso no alongamento de vencimentos, o balanço se beneficiou da geração de caixa operacional que, apesar do ano desafiador, teve uma performance robusta, totalizando R\$ 121,5 milhões em 2020. Encerramos o exercício de 2020 com uma posição sólida de Caixa, no valor de R\$229,1 milhões, substancialmente acima do caixa reportado o exercício de 2019, no valor de R\$88,3 milhões.

Exercício de 2019 comparado com o exercício de 2018

Já em 2019, a receita líquida recuou ligeiramente em 0,38% comparado a 2018, passando de R\$1.076,9 milhões para R\$1.072,8 milhões. Um dos principais motivos foi a redução no quadro de unidades da Companhia, especialmente uma mega unidade na Bahia, vendida no final de 2018. A companhia contava então com 118 unidades em 2017, reduzindo para 111 unidades em 2018 e contando com 107 unidades em 2019. Mesmo com a redução da quantidade de unidades, o recuo da receita foi muito pouco expressivo. De forma similar, o número de equipamentos de ressonância magnética, um dos principais drivers do setor, apresentou uma pequena redução: em 2017 a Companhia possuía 122 equipamentos em operação, já em 2018 possuía 121 equipamentos e em 2019 passou a contar com 116 equipamentos em operação, mantendo ainda sua posição de segunda maior no segmento de diagnóstico por imagem em número de equipamentos de Ressonância Magnética, conforme o CNES.

b. Estrutura de capital

O Patrimônio Líquido da Companhia ao final dos exercícios de 2020, 2019 e 2018 era respectivamente de R\$ 1.223,7 milhões, R\$ 1.320,0 milhões e R\$ 1.299,7 milhões. A redução do Patrimônio Líquido em 2020 é resultado tanto do prejuízo de exercício de 2020, em função do impacto da pandemia, especialmente durante o 2T20.

O Capital de terceiros na Companhia ao final dos exercícios de 2020, 2019 e 2018 era respectivamente de R\$ 1.316,9 milhões, R\$ 1.081,1 milhões e R\$ 909,7 milhões. O aumento do capital de terceiros de 45,0% em 2019 para 51,9% em 2020 reflete majoritariamente as captações bancárias realizadas no âmbito do reforço de caixa e priorização de medidas de Liquidez Financeira.

Segue abaixo tabela com a composição da estrutura de capital da Companhia no final dos exercícios de 2020, 2019 e 2018:

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

(Em milhares de reais – R\$)	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2018
Capital de Terceiros (Passivo Circulante e Não circulante)	1.316.918	1.081.119	909.714
Capital Próprio (Patrimônio Líquido)	1.223.684	1.320.002	1.299.712
Capital Total (Terceiros + Próprio)	2.540.602	2.401.121	2.209.426
Capital de Terceiros/Capital Total	51,8%	45,0%	41,2%
Capital Próprio/Capital Total	48,2%	55,0%	58,8%

c. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Tendo em vista o seu nível de geração de caixa operacional e a capacidade da Companhia de acessar recursos provenientes de empréstimos e financiamentos, a Diretoria acredita ter condições de honrar os compromissos financeiros assumidos.

d. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Para realizar os investimentos em ativos não-circulantes e no capital de giro, a Companhia se utiliza da própria geração de caixa operacional e de financiamentos de terceiros, conforme descritos no item (f) abaixo.

e. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A Diretoria acredita que a geração de caixa operacional, somada à possibilidade de captação de recursos de terceiros e de emissão de novas ações, suportam a eventual necessidade de recursos para o financiamento do capital de giro e para a realização de investimentos em ativos não-circulantes, como expansão orgânica, compra de equipamentos e eventualmente novas aquisições.

f. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas

i./ii. Contratos de empréstimos e financiamentos e outras relações de longo prazo com instituições financeiras

A tabela abaixo mostra a evolução do endividamento da Companhia no final dos exercícios de 2020, 2019 e 2018:

Empréstimos	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2018
(em R\$ milhares)			
CIRCULANTES			
Empréstimos e financiamentos e Debêntures	262.982	249.778	232.561
Total do endividamento circulante	263.432	250.065	230.248
NÃO CIRCULANTE			
Empréstimos e financiamentos	530.857	364.991	372.950
Total do endividamento não circulante	530.857	364.991	372.950
Total do endividamento	793.839	614.769	605.551

As características dos principais contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures estão descritas a seguir:

Modalidade	Vencimento	Indexador	Taxa Contratual
Financiamento de equipamentos	Mensal janeiro/17 a novembro/21	Pré-fixado	16,24% a.a.
Financiamento de equipamentos	Mensal março/17 a fevereiro/22	Pré-fixado	10,59% a.a.
Financiamento de equipamentos	Mensal novembro/15 a setembro/22	Selic/Pré-Fixado	3,2% a.a/9,5% a.a
Capital de Giro	Semestral junho/19 a junho/21	USD	4,61% a.a.
Debêntures	Anual setembro/21 a setembro/22	CDI	118% CDI
Debêntures	Anual julho/22 a julho/25	CDI	1,10% a.a.
Capital de Giro (i)	Parcela única janeiro/21	CDI	1,20% a.a.
Capital de Giro (ii)	Parcela única março/21	CDI	2,20% a.a.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Modalidade	Vencimento	Indexador	Taxa Contratual
Capital de Giro (iii)	Parcela única março/21	CDI	3,20% a.a.
Capital de Giro (iv)	Parcela única março/21	EUR	2,88% a.a.
Capital de Giro (v)	Semestral outubro/20 a abril/21	CDI	3,35% a.a.
Capital de Giro (vi)	Semestral janeiro/21 a julho/21	CDI	3,00% a.a
Capital de Giro (vii)	Parcela única novembro/21	CDI	2,75% a.a
Capital de Giro (ix)	Anual julho/22 a julho/25	CDI	3% a.a

Principais captações ocorridas no período findo em 31 de dezembro de 2020:

- (i) Empréstimo concedido pelo Santander em 21 de janeiro de 2020 para a controladora no valor de R\$60.000, e possui como indexador CDI acrescido de 1,2% a.a. A amortização se dará em uma única parcela a ser paga em janeiro de 2021. Os recursos são destinados para capital de giro.
- (ii) Empréstimo concedido pelo Santander em 16 de março de 2020 para a controladora no valor de R\$50.000, e possui como indexador CDI acrescido de 2,2% a.a. O período de amortização é de um ano, em parcela única. Os recursos são destinados para capital de giro.
- (iii) Empréstimo concedido pelo Santander em 16 de março de 2020 para a controladora no valor de R\$70.000, e possui como indexador CDI acrescido de 3,2% a.a. O período de amortização é de um ano, em parcela única. Os recursos são destinados para capital de giro.
- (iv) Empréstimo concedido pelo Votorantim em 25 de março de 2020 para a controladora, no valor de EUR 7.380, que na data da transação era equivalente a R\$ 40.000. A operação é uma linha externa 4131, com taxa de juros de 2,88% a.a. e possui instrumento financeiro derivativos do tipo Swap visando proteger da variação cambial em Euro, que foi designado para *hedge accounting*. O Swap está indexado ao CDI, acrescido de 3,4% a.a. A amortização ocorrerá em uma única parcela com vencimento em um ano contados a partir da data de captação.
- (v) Empréstimo concedido pelo Itaú Unibanco em 14 de abril de 2020 para a controladora no valor de R\$70.000, e possui como indexador CDI acrescido de 3,35% a.a. O período de amortização é de um ano, em parcelas semestrais. Os recursos são destinados para capital de giro.
- (vi) Empréstimo concedido pelo Votorantim em 02 de julho de 2020 para a controladora no valor de R\$30.000, e possui como indexador CDI acrescido de 3% a.a. O período de amortização é de um ano, em parcelas semestrais. Os recursos são destinados para capital de giro.
- (vii) Empréstimo concedido pelo Votorantim em 30 de setembro de 2020 para a controladora no valor de R\$74.000, e possui como indexador CDI acrescido de 2,48% a.a. O período de amortização é de três anos, em parcelas semestrais. Os recursos são destinados para capital de giro.
- (viii) Empréstimo concedido pelo Banco do Brasil em 01 de outubro de 2020 para a controladora no valor de R\$30.000, e possui como indexador CDI acrescido de 2,75% a.a. O período de amortização é de um ano, em parcela única. Os recursos são destinados para capital de giro.
- (ix) Empréstimo concedido pelo Itaú Unibanco em 26 de novembro de 2020 para a controladora no valor de R\$72.510, e possui como indexador CDI acrescido de 3% a.a. O período de amortização é de quatro anos, em parcelas anuais. Os recursos são destinados para capital de giro.

iii grau de Subordinação

Em eventual situação de concurso universal de credores, as obrigações registradas no passivo dos balanços patrimoniais, que integram as demonstrações financeiras da companhia, apresentam a ordem de precedência nos termos da Lei nº 11.101/2005 ("Lei de Falências").

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

iv Covenants e Demais Restrições Contratuais

Dentre os contratos de financiamentos firmados com terceiros, alguns foram elaborados com cláusulas restritivas (*covenants*), conforme abaixo descritos:

O quociente da divisão da Dívida Líquida pelo EBITDA deverá ser em valor igual ou inferior a 5,25 vezes no 1T21; (iii) no 2T21, o valor deverá ser igual ou inferior a 4,5 vezes; e (iv) no 3T21, o valor deverá ser igual ou inferior a 3,75 vezes. Nos demais períodos, o Índice Financeiro previsto na Escritura volta a ser aplicado. Ou seja, o quociente da divisão da Dívida Líquida pelo EBITDA ajustado deverá ser inferior a 2,75 (dois inteiros e setenta e cinco centésimos) vezes, não podendo ficar acima desse nível por dois trimestres consecutivos.

Nos exercícios de 2020, 2019, 2018 todos os requisitos financeiros contratuais foram atendidos.

g. Limites de utilização dos financiamentos já contratados

Adicionalmente às informações citadas no item 10.1.f, a Companhia possui um limite de conta garantida/LIS disponível em montante correspondente a aproximadamente R\$ 40 milhões, além de possuir limite de crédito já aprovado junto aos principais bancos com o qual trabalha, que permitem linhas de capital de giro adicionais àquelas já tomadas.

h. Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Os números e análises a seguir apresentados derivam das demonstrações financeiras consolidadas auditadas da Companhia para os exercícios sociais findos em 31 de Dezembro de 2020, 31 de Dezembro de 2019 e de 31 de Dezembro de 2018.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2018
Receita líquida de serviços	928.787	1.072.865	1.076.918
Custo dos serviços prestados	(763.465)	(788.049)	(787.537)
Lucro bruto	165.322	284.816	289.380
Despesas gerais e administrativas	(172.156)	(159.023)	(175.717)
Outras despesas, líquidas	(14.550)	(399)	8.730
Resultado em participação societária	12.261	17.262	14.893
Lucro operacional antes do result. Financeiro	(9.122)	142.655	137.287
Resultado financeiro	(63.944)	(76.948)	(67.238)
Imposto de renda e contribuição social	(19.364)	(15.635)	(18.482)
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	(92.430)	50.073	51.567
Minoritários	(4.985)	(8.771)	(11.479)
Lucro (prejuízo) líquido do exercício atribuível aos acionistas controladores	(97.416)	41.302	40.087

Receita líquida de Serviços

- *Exercício de 2020 comparado com o exercício de 2019*

O ano de 2020 foi marcado pelo impacto da pandemia da Covid-19. Em função dos impactos iniciais da pandemia, a receita de 2020 totalizou R\$ 928,8 milhões, uma contração de 13,4% em relação à 2019. O impacto da pandemia

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

foi mais intenso no resultado do 2T20, seguida de uma normalização no 3T20 e volta ao crescimento no 4T20, com variações na receita líquida de -48,5% a.a., -6,1% a.a. e +11,8% a.a., respectivamente.

- *Exercício de 2019 comparado com o exercício de 2018*

Em 31 de dezembro de 2019, a receita bruta da Companhia recuou 0,4%, passando de R\$ 1.162,4 milhões para R\$ 1.157,7 milhões. A receita de serviços de diagnóstico por imagem recuou 0,2% passando de R\$ 1.005,1 milhões em 2018 para R\$ 1.002,7 milhões em 2019.

Esse recuo na receita, se deve principalmente pela redução da quantidade de unidades e máquinas de ressonância magnética, onde a companhia reduziu 4 unidades e 5 máquinas, entre os períodos de 31 de dezembro 2018 a 31 de dezembro de 2019, sendo que o principal impacto vem pela venda da operação no Hospital São Rafael (marca Delfin, Bahia), visto que tratava-se de uma mega-unidade

A receita de análises clínicas recuou cerca de 1,3%, de R\$ 157,2 milhões no período de 2018 para R\$ 155,1 milhões em 2019, sendo quase toda gerada em São Paulo através da marca CDB, onde a oferta do serviço já ocorre há muitos anos, podendo ser considerada 'madura'.

- *Exercício de 2018 comparado com o exercício de 2017*

Em 2018, a receita bruta da Companhia aumentou 3%, passando de R\$ 1.124,3 milhões para R\$ 1.162,4 milhões no período findo em 31 de dezembro de 2018. A receita de serviços de diagnóstico por imagem aumentou 3% de R\$ 974,5 milhões em 2017 para R\$ 1.005,1 milhões em 2018.

Tal variação deveu-se, principalmente, pelas iniciativas presentes no plano de expansão da Companhia, como o crescimento de volume em unidades existentes, maturação de novos equipamentos instalados em unidades existentes, reajustes de preços, novos credenciamentos de procedimentos e convênios e maturação de novas unidades inauguradas no passado recente.

A receita de análises clínicas cresceu cerca de 5%, de R\$ 149,7 milhões no período de 2017 para R\$ 157,2 milhões em 2018, sendo quase toda gerada em São Paulo através da marca CDB, onde a oferta do serviço já ocorre há muitos anos, podendo ser considerada 'madura'. Para este segmento, a Diretoria ressalta o plano de expansão da oferta de análises clínicas nas unidades exclusivas de diagnóstico por imagem, que hoje seguem sendo a maioria. O objetivo desse plano é replicar o modelo presente originalmente nas unidades localizadas na cidade de São Paulo, e Belém para outras unidades da Companhia, aproveitando a estrutura instalada e obtendo assim uma diluição de custos fixos.

Custo dos serviços prestados

- *Exercício de 2020 comparado com o exercício de 2019*

O custo dos serviços prestados pela Companhia em 2020 foi de R\$ 763,5 milhões, uma redução de 3,1% em relação 2019. Em 2020, a Companhia se beneficiou de um forte controle de custos, em função do trabalho bem sucedido nas renegociações de contratos junto aos maiores fornecedores. Notamos que os custos foram impactados pelo incremento da conta de Insumos e labs. de apoio, uma vez que essa conta reflete a alta performance de Análises Clínicas, associado aos demais custos de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs).

- *Exercício de 2019 comparado com o exercício de 2018*

O custo dos serviços prestados pela Companhia em 2019 foi de R\$ 788,1 milhões, representando um crescimento de 0,1% em relação aos R\$ 787,5 milhões de 2018. As principais variações ocorreram na linha de depreciação e amortização, onde houve um aumento de 45,8% passando de R\$74,4 milhões em 2018 para R\$108,5 milhões em

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

2019. Em contra partida a linha de ocupação teve uma redução de 47,0%, passando de R\$88,0 milhões em 2018, para R\$46,6 milhões em 2019 (impactos da norma IFRS 16)

- *Exercício de 2018 comparado com o exercício de 2017*

O custo dos serviços prestados pela Companhia em 2018 foi de R\$ 787,5 milhões, representando uma redução de 2% em relação aos R\$ 804,5 milhões de 2017, e inferior ao crescimento de receita bruta do período.

As principais variações ocorreram na linha de Custo com Construção, houve uma redução correspondente a 96% passando de R\$ 36,3 milhões para R\$ 1,4 milhões ao final de 2018.

Lucro bruto

- *Exercício de 2020 comparado com o exercício de 2019*

O lucro bruto da Companhia decresceu 42% a.a., totalizando R\$ 165,3 milhões no exercício de 2019, principalmente em função da menor receita líquida em 2020. O impacto da pandemia foi mais intenso no lucro bruto do 2T20, seguida de uma normalização no 3T20 e volta ao crescimento no 4T20, com variações de -125,0% a.a., -23,6% a.a. e +27,2% a.a., respectivamente.

- *Exercício de 2019 comparado com o exercício de 2018*

O lucro bruto da Companhia decresceu 1,6%, de R\$ 289,4 milhões para R\$ 284,8 milhões no exercício de 2019, principalmente em função da menor receita líquida em 2019.

- *Exercício de 2018 comparado com o exercício de 2017*

O lucro bruto da Companhia decresceu 10%, de R\$ 321,3 milhões para R\$ 289,4 milhões no exercício de 2018, principalmente em função de reclassificação entre contas e despesas realizadas (em 2016 algumas contas de custos eram alocadas em despesas, isso foi reclassificado em 2017). A Companhia entende que a estrutura de custos e despesas de 2017 é a que reflete a sua situação real.

(Despesas) Receitas operacionais

- *Exercício de 2020 comparado com o exercício de 2019*

As despesas gerais e administrativas da Companhia totalizaram R\$174,4 milhões, crescimento de 23% em relação à 2019, tendo como principal motivo a linha de outras despesas líquidas.

- *Exercício de 2019 comparado com o exercício de 2018*

As despesas gerais e administrativas da Companhia foram reduzidas em 6,5% de R\$ 152,0 milhões para R\$ 142,1 milhões em 2019, tendo como principal motivo a linha de outras despesas líquidas que teve uma redução de R\$9,1 milhões.

- *Exercício de 2018 comparado com o exercício de 2017*

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

As despesas gerais e administrativas da Companhia foram reduzidas em 39,5% de R\$ 251,0 milhões para R\$ 152,1 milhões em 2018, tendo como principal motivo a reclassificação de custos e despesas realizadas em 2017, de forma a refletir mais adequadamente o critério conceitual correspondente de custos e de despesas, conforme o caso.

Outras despesas líquidas reduziram R\$ 57,4 milhões, de uma despesa de R\$ 48,7 milhão no período anterior para uma receita de R\$ 8,7 milhões em 2018.

Resultado financeiro

- *Exercício de 2020 comparado com o exercício de 2019*

O resultado financeiro da Companhia em 2020 foi negativo em R\$ 63,9 milhões, apresentando uma redução de 16,8% milhões em relação ao mesmo período do ano anterior. Esse resultado ocorre principalmente das menores despesas financeiras versus o mesmo período do ano anterior, reflexo da dívida líquida sob controle, associada ao menor nível da taxa SELIC/CDI.

- *Exercício de 2019 comparado com o exercício de 2018*

O resultado financeiro da Companhia em 2019 foi negativo em R\$ 76,9 milhões, apresentando um aumento de R\$9,7 milhões em relação ao mesmo período do ano anterior no qual a companhia registrou um resultado financeiro negativo de R\$ R\$ 67,2 milhões.

Esse aumento de 14,4% no total do resultado financeiro é atribuído principalmente, aos juros de arrendamento conforme adoção da norma IFRS 16. Na visão comparável de 2019 x 2018, ou seja desconsiderando a linha de juros de arrendamento, o efeito seria favorável em 15,9%, consequência principalmente da menor despesa financeira.

- *Exercício de 2018 comparado com o exercício de 2017*

O resultado financeiro da Companhia em 2018 foi negativo em R\$ 67,2 milhões, apresentando uma redução em relação ao mesmo período do ano anterior no qual a companhia registrou um resultado financeiro de R\$ R\$ 78,2 milhões.

A redução reflete principalmente o menor endividamento líquido e o menor nível das taxas SELIC/CDI.

Imposto de renda e contribuição social

- *Exercício de 2020 comparado com o exercício de 2019*

A despesa com imposto de renda e contribuição social da Companhia passou de R\$ 15,6 milhões em 2019 para R\$19,4 milhões em 2019, um incremento de R\$3,7 milhões.

- *Exercício de 2019 comparado com o exercício de 2018*

A despesa com imposto de renda e contribuição social da Companhia passou de R\$ 18,5 milhões em 2018 para R\$15,6 milhões em 2019, representando uma redução de 15,4%.

- *Exercício de 2018 comparado com o exercício de 2017*

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

A despesa com imposto de renda e contribuição social da Companhia passou de um crédito de R\$ 22,6 milhões em 2017 para uma despesa de R\$ 18,5 milhões em 2018, principalmente devido aos esforços da Companhia no sentido de reduzir as ineficiências provenientes se sua estrutura societária.

Lucro (Prejuízo) líquido do exercício

- Exercício de 2020 comparado com o exercício de 2019*

A Companhia registrou um prejuízo líquido de R\$ 92,4 milhões em 2020, vs lucro de R\$ 50,0 milhões em 2019. O impacto da pandemia foi mais intenso no prejuízo líquido do 2T20, seguida de uma normalização no 3T20 e volta ao crescimento no 4T20, com resultado líquido de -R\$ 85,1 milhões, -R\$ 1,8 milhões e +R\$14,6 milhões, respectivamente.

Exercício de 2019 comparado com o exercício de 2018

A Companhia registrou um lucro líquido de R\$ 50,0 milhões em 2019, vs lucro de R\$ 51,6 milhões em 2018, como resultado principalmente da receita ligeiramente menor.

- Exercício de 2018 comparado com o exercício de 2017*

A Companhia registrou um lucro líquido de R\$ 51,6 milhões em contrapartida a um lucro de R\$ 14,6 milhões em 2017, reflexo novamente do melhor resultado operacional e do menor resultado financeiro, além de um imposto de renda mais próximo aos níveis normais.

Balanços Patrimoniais

(Em R\$ milhares de reais)

ATIVOS	Consolidado		
	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2018
CIRCULANTES			
Caixa e equivalentes de caixa	229.087	88.301	73.165
Títulos e valores mobiliários	-	-	10
Contas a receber	242.575	229.645	228.961
Estoques	10.007	10.928	5.435
Ativo financeiro	31.929	31.520	31.094
Instrumento financeiro derivativo	46.107	7.649	2.313
Impostos a recuperar	2.888	34.904	40.770
Outras contas a receber	6.339	14.096	17.998
Total dos ativos circulantes	568.932	417.043	399.736
NÃO CIRCULANTES			
Títulos e valores mobiliários	2.777	2.823	2.712
Depósitos judiciais	25.013	25.681	26.107
Garantia de reembolso de contingências	11.131	20.949	50.576
Partes Relacionadas	16.485	19.442	23.496
Imposto de renda e contribuição social diferidos	137.892	133.924	128.061
Ativo financeiro	68.989	75.272	79.854
Investimentos	9.400	8.951	6.625
Imobilizados	508.145	519.777	525.020
Intangível	964.517	966.126	967.239
Direito de uso	227.321	211.133	-
Total dos ativos não circulantes	1.971.670	1.984.078	1.809.690

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

TOTAL DOS ATIVOS	2.540.602	2.401.121	2.209.426
-------------------------	------------------	------------------	------------------

PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2018
CIRCULANTES			
Fornecedores	80.425	52.388	60.803
Salários, obrigações sociais e previdenciárias	39.034	36.860	43.471
Empréstimos e financiamentos	262.982	249.778	232.561
Arrendamento mercantil	39.632	30.729	-
Instrumento financeiro derivativo	-	287	-
Obrigações tributárias	25.988	16.604	21.012
Parcelamento de impostos	2.116	2.276	2.277
Contas a pagar – aquisição de empresas	14.462	4.282	13.418
Dividendos a pagar	3.978	10.325	6.716
Outras contas a pagar	7.864	2.702	4.477
Total dos passivos circulantes	476.481	406.231	384.735
NÃO CIRCULANTES			
Empréstimos e financiamentos	530.857	364.991	372.950
Arrendamento Mercantil	212.197	191.339	
Partes Relacionadas	337	542	1.025
Parcelamento de impostos	5.511	8.077	8.418
Contas a pagar – aquisição de empresas	27.146	37.704	33.368
Imposto de renda e contribuição social diferidos	16.827	10.618	10.294
PIS/COFINS/ISS diferidos	-	6.971	6.754
Provisão para riscos legais	41.864	51.793	89.429
Outras contas a pagar	5.698	2.853	2.741
Total dos passivos não circulantes	840.437	674.888	524.979
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	612.412	612.412	612.412
Reservas de capital	622.894	620.797	622.280
Ações em tesouraria	(276)	(455)	(38)
Lucros/Prejuízos acumulados/ Reservas de Lucros	-	49.842	22.151
Outros resultados abrangentes	(44.493)	(406)	141
Total do patrimônio líquido dos acionistas controladores	1.190.537	1.282.190	1.256.946
Participação dos acionistas não controladores	33.147	37.812	42.766
Total do patrimônio líquido	1.223.684	1.320.002	1.299.712
TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2.540.602	2.401.121	2.209.426

Comparação entre os saldos das contas patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 e de 2019

Entre os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 houve uma variação no ativo total da Companhia, de R\$ 139.5 milhões, representando um aumento de 5.8% no período.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

No ativo circulante a conta Caixa e Equivalentes de Caixa teve uma variação de R\$ 140.7 milhões, representando um aumento de 159% no período. Esse crescimento é reflexo da estratégia de reforço de caixa e aumento de liquidez adotada em 2020. O ativo não circulante reduziu principalmente na conta de garantia de reembolso de contingências, que por sua vez reflete redução de similar magnitude na conta de provisão de riscos legais (passivo).

O passivo circulante, por sua vez, teve um aumento de R\$ 70.2 milhões no período, em grande parte devido à movimentação na linha de fornecedores, em função de uma melhor gestão de capital de giro. O passivo não circulante aumentou R\$165.5 milhões no período, em grande parte devido à movimentação dos empréstimos e financiamentos e em linha com o reforço de caixa e aumento de liquidez

O patrimônio líquido totalizou R\$ 1.223,7 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, uma redução de R\$ 96.3 milhões em relação ao final de 2019, devido, principalmente ao prejuízo do exercício.

Comparação entre os saldos das contas patrimoniais em 31 de dezembro de 2019 e de 2018

Entre os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 houve uma variação no ativo total da Companhia, de R\$ 191,6 milhões, representando um aumento de 8,7% no período.

No ativo circulante a conta Ativo Financeiro ficou praticamente estável, uma vez que a fase de investimentos (aumento de ativo) praticamente se concluiu até 2017. O ativo não circulante reduziu principalmente na conta de garantia de reembolso de contingências, que por sua vez reflete redução de similar magnitude na conta de provisão de riscos legais (passivo). Outra variação significativa do ativo não circulante foi a redução de 5,7% do ativo financeiro que foi para R\$ 75,2 milhões, refletindo também o fim do ciclo de grandes investimentos.

O passivo circulante, por sua vez, teve um aumento de R\$ 42,9 milhões no período, em grande parte devido à movimentação dos empréstimos e financiamentos. A contrapartida para o aumento na conta de empréstimos no passivo circulante foi uma redução na conta do não-circulante.

A conta circulante de Contas a pagar – aquisição de empresas também teve variação relevante, com uma redução de 68,1% ou R\$9,1 milhões.

O passivo não circulante reduziu em R\$ 149,9 milhões, principalmente na conta de provisão para riscos legais, reduzindo em R\$37,6 milhões conforme citado anteriormente.

O patrimônio líquido aumentou de R\$ 1.256,9 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 para R\$ 1.282,1 milhões ao final de 2019, devido, principalmente a um aumento de 125% na linha de Lucros/Prejuízos acumulados/ Reservas de Lucros.

Comparação entre os saldos das contas patrimoniais em 31 de dezembro de 2018 e de 2017

Entre os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 houve uma variação no ativo total da Companhia, de R\$ 75 milhões, representando uma redução de 3,3% no período.

No ativo circulante a conta Ativo Financeiro ficou praticamente estável, uma vez que a fase de investimentos (aumento de ativo) praticamente se concluiu até 2017. O ativo não circulante reduziu principalmente na conta de reembolso de contingências, que por sua vez reflete redução de similar magnitude na conta de provisão de riscos legais (passivo). Outra variação significativa do ativo não circulante foi a redução do ativo financeiro para R\$ 79,9 milhões, refletindo também o fim do ciclo de grandes investimentos na RBD (o ativo é então baixado ao longo do tempo até o final do contrato, previsto para o 2º semestre de 2026).

O passivo circulante, por sua vez, teve um aumento de R\$ 22,7 milhões no período, em grande parte devido à movimentação dos empréstimos e financiamentos. A contrapartida para o aumento na conta de empréstimos no passivo circulante foi uma redução na conta do não-circulante.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

A conta circulante de Contas a pagar – aquisição de empresas também teve variação relevante, refletindo principalmente o pagamento realizado em 2018 de uma parcela importante da aquisição de Multiscan.

O passivo não circulante reduziu em R\$ 125 milhões, principalmente na conta de empréstimos, conforme anteriormente citado e também houve redução importante na conta de provisão de riscos legais, como reflexo também da redução do ativo de reembolsos de contingências mencionado anteriormente.

O patrimônio líquido aumentou de R\$ 1.219,5 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 1.256,9 milhões ao final de 2018, devido, principalmente, ao lucro obtido em 2018.

Liquidez e Fontes de Recursos:

A tabela a seguir apresenta os valores relativos aos fluxos de caixa:

	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2018
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido do exercício	(92.431)	50.073	51.566
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa líquido gerado	119.177	117.870	82.621
Depreciação e amortização	5.479	3.680	2.771
Opções outorgadas e ações restritas reconhecidas	1.546	602	10.625
Valor residual de ativos imobilizados baixados e investimentos	63.388	71.108	54.644
Encargos financeiros, variação cambial e derivativ.	(24.494)	(25.629)	(26.522)
Atualização do ativo financeiro	(12.261)	(17.262)	(14.893)
Resultado em participação societária	(9.761)	(3.753)	3.270
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	108	(5.296)	658
Provisões para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	(4.927)	(5.035)	(2.449)
PIS/COFINS/ISSQN diferidos	Redução (aumento) nos ativos operacionais:		
Contas a receber	28.536	34.330	17.887
Estoques	921	(5.493)	(785)
Outros ativos	(2.668)	10.391	(3.514)
Ativo financeiro	(1.337)	(1.476)	(1.526)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:			
Fornecedores	28.037	(8.415)	(955)
Fornecedores risco sacado	-	-	(11.652)
Salários, obrigações sociais e previdenciárias	2.174	(6.611)	(9.181)
Obrigações tributárias e parcelamento de impostos	11.487	9.176	6.862
Outros passivos	(1.876)	(5.508)	(4.821)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(5.046)	(14.278)	(7.050)
Dividendos e JSCP recebidos de controladas	11.812	14.936	13.633
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	117.864	213.410	161.189
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aplicações financeiras	-	166	1.073
Aquisição de controladas, líquido do caixa recebido	(722)	(5.490)	(41.101)
Partes relacionadas	2.752	3.571	10.054
Aquisição de ativo imobilizado e intangível	(66.708)	(75.301)	(86.033)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(64.678)	(77.054)	(116.007)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Compra/ Alienação de ações em tesouraria	(170)	(5.712)	(1.496)
Dividendos pagos	(6.347)	(22.204)	(4.081)
Valores recebidos de empréstimos, líquidos	642.447	622.558	237.954
Juros pagos	(53.736)	(52.114)	(57.472)
Amortização de empréstimos, financiamentos e derivativos	(494.594)	(663.748)	(238.519)
Caixa líquido (aplicado) gerado pelas atividades de financiamento	87.600	(121.220)	(63.614)
AUMENTO (REDUÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	140.786	15.136	(18.432)
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA			
No início do período	88.301	73.165	91.597
No fim do período	229.087	88.301	73.165
AUMENTO (REDUÇÃO) DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	140.786	15.136	(18.432)

Atividades operacionais

- *Análise das principais variações nos fluxos de caixa de 2020 vs 2019*

O caixa líquido gerado nas atividades operacionais foi de R\$ 117,9 milhões no exercício de 2020, uma redução de R\$95,5 milhões vs. o período anterior. Esta redução de 45% a.a. deveu-se, principalmente, ao prejuízo do exercício de 2020, que totalizou R\$92,4 milhões.

- *Análise das principais variações nos fluxos de caixa de 2019 vs 2018*

O caixa líquido aplicado nas atividades operacionais foi de R\$ 213 milhões no exercício de 2019 comparado ao caixa líquido gerado de R\$ 161 milhões no período anterior. Este crescimento deveu-se, principalmente, a norma contábil IFRS 16, que beneficiou o resultado advindo das operações (menores custos e despesas de ocupação em relação ao que seria registrado na norma antiga)

- *Análise das principais variações nos fluxos de caixa de 2018 vs 2017*

O caixa líquido aplicado nas atividades operacionais foi de R\$ 161 milhões no exercício de 2018 comparado ao caixa líquido gerado de R\$ 134 milhões no período anterior. Este crescimento deveu-se, principalmente, ao aumento do lucro líquido no período.

Atividades de investimentos

- *Análise das principais variações nos fluxos de caixa de 2020 vs 2019*

O caixa líquido aplicado nas atividades de investimento foi de R\$ 64,7 milhões em 2020 comparado a um caixa líquido aplicado de R\$ 77,0 milhões no período de 2019. A redução é reflexo também de uma menor aquisição de imobilizado, em linha com a estratégia de fortalecimento de caixa da Companhia.

- *Análise das principais variações nos fluxos de caixa de 2019 vs 2018*

O caixa líquido aplicado nas atividades de investimento foi de R\$ 77,0 milhões em 2019 comparado a um caixa líquido aplicado de R\$ 116,0 milhões no período de 2018, principalmente porque diminuiu o investimento em aquisição de controladas. Reflexo também de uma menor aquisição de imobilizado (menor CAPEX), em linha com a estratégia de foco na maturação dos investimentos já realizados em períodos anteriores.

- *Análise das principais variações nos fluxos de caixa de 2018 vs 2017*

O caixa líquido aplicado nas atividades de investimento foi de R\$ 116,0 milhões em 2018 comparado a um caixa líquido aplicado de R\$ 168,0 milhões no período de 2017 refletindo principalmente o fim do período de grandes investimentos realizados até o final de 2017.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Atividades de financiamento

- *Análise das principais variações nos fluxos de caixa de 2020 vs 2019*

O caixa líquido gerado nas atividades de financiamento totalizou R\$ 87,6 milhões em 2020, vs a aplicação de R\$ 121,2 milhões em 2019. O aumento em relação à 2019 se deve à menor saída de caixa em função de amortização de empréstimos e arrendamentos.

- *Análise das principais variações nos fluxos de caixa de 2019 vs 2018*

O caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento teve uma geração negativa de R\$ 121,2 milhões em 2019, no ano anterior havia apresentado uma geração negativa de R\$ 63,3 milhões. O principal motivo se deve ao aumento na linha de amortização de empréstimos, que passa a incluir também a partir de 2019 pelo IFRS 16 a amortização dos arrendamentos mercantis.

- *Análise das principais variações nos fluxos de caixa de 2018 vs 2017*

O caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento teve uma geração negativa de R\$ 63,6 milhões em 2018 comparado a geração negativa de R\$ 33,9 milhões no período de 2017, devido principalmente à linha de captação de empréstimos, uma vez que no ano anterior um volume maior de dinheiro foi tomado emprestado dada a maior necessidade de caixa do ano anterior quando a Companhia ainda estava num ciclo de fortes investimentos (este ciclo foi concluído no final de 2017)

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

Os diretores devem comentar sobre:

a. Resultados das operações do emissor

Somos uma das maiores redes de diagnósticos por imagem do Brasil em número de equipamentos de ressonância magnética, de acordo com dados do Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES), e estamos entre os maiores prestadores de serviços de medicina diagnóstica do Brasil em termos de receita líquida, ao compararmos nossas informações financeiras aos dados divulgados por nossos principais concorrentes. Nossa parque inclui 116 máquinas de Ressonância Magnética de primeira linha em cerca de 40 cidades do Brasil, onde estamos presentes através de aproximadamente 15 marcas regionais. Além das unidades de atendimento, a Alliar possui uma operação *B2B* de negócios, o iDR – Inteligência Diagnóstica Remota, que atende clínicas e hospitais e um produto de *marketplace* chamado Cartão Aliança, no qual clientes têm acesso a uma rede exclusiva de benefícios e descontos.

Em 2020 a Alliar realizou cerca de 600 mil exames de Ressonância Magnética, e mais de 8,5 milhões exames de análises clínicas. No geral, nossas linhas de negócio foram responsáveis por uma receita líquida (ex-construção) de R\$ 927,5 milhões em 2020, R\$ 1.072,9 milhões em 2019 e 1.076,9 milhões em 2018.

No geral, as atividades operacionais da Companhia são afetadas por diversos fatores macroeconômicos e operacionais, dentre os quais:

- a saúde financeira das operadoras de planos de saúde, hospitais e empresas que são as fontes pagadoras responsáveis pela maior parcela da receita de prestação de serviços da Companhia. Neste contexto, a situação do mercado em geral e também de cada fonte pagadora individualmente pode influenciar a receita de prestação de serviços e o prazo de recebimento pela prestação de serviços. Em compensação a esse fato a Companhia possui uma base de unidades e seus clientes dispersa pelo país, o que minimiza de forma relevante o risco de não recebimento;
- a situação do nosso parque de equipamentos e sistemas de tecnologia da informação. A Receita de prestação de serviços do grupo depende da disponibilidade de aparelhos de diagnósticos em condições normais de operação para realização de exames;
- a disponibilidade dos nossos fornecedores, incluindo os médicos parceiros que realizam os laudos dos exames e o parceiro processador de Análises Clínicas. O faturamento dos exames realizados depende da entrega em tempo adequado de laudos com qualidade mínima dos parceiros conforme orientação da Companhia; e
- a reputação das marcas regionais. A procura por exames depende da reputação das marcas regionais da Companhia com os médicos solicitantes e com o público demandante em geral.

b. Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

A Direção da Companhia entende que a situação financeira geral, incluindo sua geração de receitas e seus resultados operacionais, estão sujeitos a incertezas relacionadas às condições macroeconômicas e políticas brasileiras, e também às condições de mercado de diagnóstico por imagem nas cidades em que estamos presentes, como por exemplo:

- Instabilidade social e política;
- Expansão ou contração da economia global ou brasileira;
- Flutuações cambiais relevantes;
- Alterações no regime fiscal e tributário;
- Liquidez dos mercados financeiros e de capitais domésticos;
- Taxas de juros;

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

- Inflação;
- Política monetária;
- Política fiscal;
- Racionamento de água e/ou energia; e
- Outros acontecimentos políticos, diplomáticos, sociais e econômicos que venham a ocorrer no Brasil ou que o afetem.

As alterações nestas variáveis podem afetar os resultados da Companhia positiva ou negativamente, principalmente se as mudanças forem significativas e não estejam de acordo com as expectativas da Companhia.

O preço dos serviços da companhia é negociado periodicamente com as diversas fontes pagadoras, utilizando como base de negociação os índices de inflação oficiais do país.

c. Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

Nos últimos 12 meses findos em 31 de dezembro de 2020, os índices de preços mostraram um crescimento de preços da ordem de 4,5% (IPCA). Os custos e despesas da Companhia são impactados principalmente pela inflação nas cidades onde a Companhia está presente. Dessa forma, dentro de um possível cenário de aumento de inflação generalizado no Brasil, a companhia pode não conseguir ajustar os preços dos serviços de forma a compensar completamente os efeitos da inflação sobre os custos e despesas.

A taxa de câmbio não afeta diretamente a receita da companhia, mas afeta uma pequena parcela do endividamento líquido ainda indexada ao dólar, o preço de alguns insumos para realização de exames também atrelados ao dólar e a capacidade de investimento em novas máquinas, peças e equipamentos, uma vez que partes desses equipamentos e peças são importados ou possuem preços atrelados ao dólar.

As desvalorizações do Real com relação ao Dólar podem criar pressões inflacionárias adicionais no Brasil e acarretar aumentos das taxas de juros, podendo afetar de modo negativo a economia brasileira como um todo, bem como afetar adversamente as operações da companhia.

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

a. Introdução ou alienação de segmento operacional.

Desde a sua constituição, a Companhia atua apenas em um segmento operacional: medicina diagnóstica.

b. Constituição, aquisição ou alienação de participação societária.

Operações societárias ocorridas em 2018, 2019 e 2020:

Não houve operação societária relevante.

c. Eventos ou operações não usuais.

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não realizou operações não usuais.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

a. Mudanças significativas nas práticas contábeis

As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2018, 2019 e 2020 foram preparadas e estão sendo apresentadas em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e, também, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Companhia, essas práticas diferem das IFRSs, em relação às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à capitalização de juros incorridos pela controladora, em relação aos ativos em construção de suas controladas. Para fins de IFRS, esta capitalização somente é permitida nas demonstrações financeiras consolidadas e não nas demonstrações financeiras separadas.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da orientação técnica OCPC 07 na preparação destas demonstrações financeiras. Assim, todas as informações relevantes utilizadas pela Administração na gestão da Companhia estão evidenciadas nestas demonstrações financeiras.

Novas normas, alterações e interpretações de normas emitidas pelo IASB e CPC

A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2020 ou após essa data.

- Alterações no CPC 15 (R1): Definição de negócios: as alterações não tiveram impacto sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, mas podem impactar períodos futuros caso a Companhia ingresse em quaisquer combinações de negócios.
- Alterações no CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48: Reforma da Taxa de Juros de Referência: as alterações não têm impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, uma vez que este não possui relações de hedge de taxas de juros.
- Alterações no CPC 26 (R1) e CPC 23: Definição de material: as alterações não tiveram impacto sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nem se espera que haja algum impacto futuro para a Companhia.
- Revisão no CPC 00 (R2): Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro: Essas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.
- Alterações no CPC 06 (R2): Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento: a Companhia não adotou o expediente prático das alterações do CPC 06 (R2).

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

IFRS 17 - Contratos de seguro

Em maio de 2017, o IASB emitiu a IFRS 17 - Contratos de Seguro (norma ainda não emitida pelo CPC no Brasil, mas que será codificada como CPC 50 - Contratos de Seguro e substituirá o CPC 11 – Contratos de Seguro), uma nova norma contábil abrangente para contratos de seguro que inclui reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. Assim que entrar em vigor, a IFRS 17 (CPC 50) substituirá a IFRS 4 - Contratos de Seguro (CPC 11) emitida em 2005. A IFRS 17 aplica-se a todos os tipos de contrato de seguro (como de vida, ramos elementares, seguro direto e resseguro),

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

independentemente do tipo de entidade que os emitem, bem como determinadas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária. Aplicam-se algumas exceções de escopo. O objetivo geral da IFRS 17 é fornecer um modelo contábil para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para as seguradoras. Em contraste com os requisitos da IFRS 4, os quais são amplamente baseados em políticas contábeis locais vigentes em exercícios anteriores, a IFRS 17 fornece um modelo abrangente para contratos de seguro, contemplando todos os aspectos contábeis relevantes. O foco da IFRS 17 é o modelo geral, complementado por:

- Uma adaptação específica para contratos com características de participação direta (abordagem de taxa variável).
- Uma abordagem simplificada (abordagem de alocação de prêmio) principalmente para contratos de curta duração.

A IFRS 17 vigora para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, sendo necessária a apresentação de valores comparativos. A adoção antecipada é permitida se a entidade adotar também a IFRS 9 e a IFRS 15 na mesma data ou antes da adoção inicial da IFRS 17. Essa norma não se aplica à Companhia.

Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante

Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem:

- O que significa um direito de postergar a liquidação;
- Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório;
- Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação
- Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação

As alterações são válidas para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Atualmente, a Companhia avalia o impacto que as alterações terão na prática atual e se os contratos de empréstimo existentes podem exigir renegociação.

b. Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

CPC 06 (R2) / IFRS 16 – “Operações de arrendamento mercantil”

Os impactos da adoção inicial da IFRS 16 em 01 de janeiro de 2019 no ativo e passivo da Companhia e suas controladas foram apresentados, respectivamente, nas notas explicativas nº 11 e 15 das demonstrações financeiras. Com adoção desta nova norma, em 1º de janeiro de 2019, o ativo foi incrementado em R\$ 237.975 representado no ativo direito de uso e, ao passivo foi somado o montante de R\$ 237.975, representado pelo arrendamento mercantil financeiro de curto e longo prazo.

Já as despesas financeiras decorrentes dos pagamentos mínimos a valor presente, são reconhecidas no resultado durante o prazo do arrendamento. O ativo de direito de uso é depreciado pelo método linear de acordo com o prazo do arrendamento

Em decorrência da adoção do CPC 06 (R2) / IFRS 16, o resultado antes dos tributos sobre o lucro para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, foi inferior no montante de R\$ 623 na Controladora e R\$ 8.759 no Consolidado, uma vez que o reconhecimento das despesas de aluguel de acordo com a norma anterior totalizaria R\$ 6.803 na Controladora e R\$ 48.537 no Consolidado.

As demais alterações não geraram ajustes ou não são aplicáveis à Companhia.

c. Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

Não há ressalvas e ênfases presentes nos relatórios dos auditores independentes sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018, 2019 e 2020.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2018, 2019 e 2020 foram preparadas e estão sendo apresentadas em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e, também, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

As políticas adotadas pela Companhia seguem rigorosamente as normas de contabilidade citada acima. Entendemos que qualquer alteração das normas contábeis que regulam as atividades operacionais da Companhia e instrumentos financeiros, tais como a alteração trazida pela IFRS 16 ocorrida no exercício de 2019, podem resultar em impacto relevante nas demonstrações contábeis.

A seguir são apresentados os principais julgamentos e estimativas efetuadas pela Administração durante o processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia e que mais afetam os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras:

- (i) Redução ao valor recuperável dos ativos não financeiros: a Companhia julgou não haver evidências, internas e externas, que justificassem o registro de provisão para redução ao valor recuperável sobre o ativo imobilizado, ativo intangível, ágio e imposto de renda e contribuição social diferidos ativos.
- (ii) Vida útil e valor residual dos bens do imobilizado e intangível de vida útil definida: a Companhia revisa anualmente a vida útil e o valor residual estimado dos bens do ativo imobilizado e intangível com vida útil indefinida, sendo que as taxas de depreciação e amortização atualmente utilizadas são julgadas adequadas para refletir as vidas úteis dos mesmos.
- (iii) Provisão para créditos de liquidação duvidosa: referidas provisões são constituídas com base no julgamento da Administração e em valores suficientes para cobrir perdas futuras estimadas no recebimento de clientes.
- (iv) Provisões para riscos legais: a avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.
- (v) Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos: são reconhecidos até o limite dos lucros tributáveis futuros, cuja estimativa realizada pela Administração leva em consideração o histórico de lucros tributáveis, aumento no volume de análise de exames, premissas de mercado tais como taxa de juros, câmbio, crescimento econômico, entre outras.
- (vi) Avaliação dos instrumentos financeiros: determinação do valor justo dos instrumentos financeiros, bem como a análise de sensibilidade dessas premissas. A Administração acredita que as técnicas de avaliação selecionadas e as premissas utilizadas são adequadas para a determinação do valor justo dos instrumentos financeiros.

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs

A Companhia entende que não exista itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras apresentadas.

a. Ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items)

Não aplicável, tendo em vista que todos os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, aparecem no seu balanço patrimonial.

b. Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não aplicável, tendo em vista que não há itens que não tenham sido evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia.

10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados

a. Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Conforme apresentado na seção de 'Eventos Subsequentes' das demonstrações financeiras de 2020, publicada ao mercado em 17 de março de 2021, em linha com a estratégia financeira, a fim de alongar o cronograma de vencimentos de suas dívidas, reduzindo assim a concentração de vencimentos de empréstimos e financiamentos no curto prazo, no dia 09 de março de 2021, o Grupo concluiu as negociações junto ao Banco Santander, das dívidas cujo vencimento se dariam no dia 11 e 22 de março de 2021, nos valores de R\$ 50.000 e R\$ 70.000. Os empréstimos foram renegociados com prazo de pagamento nos próximos 12 meses.

b. Natureza e o propósito da operação

Não aplicável, tendo em vista que não há outros itens que alteram ou poderão alterar as receitas, despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou qualquer linha das demonstrações financeiras da Companhia que não tenham sido evidenciados nas demonstrações financeiras.

c. Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável, tendo em vista que não há outros itens que alteram ou poderão alterar as receitas, despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou qualquer linha das demonstrações financeiras da Companhia que não tenham sido evidenciados nas demonstrações financeiras.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

a. Investimentos

(i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

A movimentação do ativo imobilizado abaixo demonstra a transformação da Companhia e o volume desses investimentos nos últimos anos:

Consolidado	Saldo em 31/12/2019	Adição	Baixa	Depreciação	Transferências	Saldo em 31/12/2020
Benfeitorias em imóveis de terceiros	158.926	4.628	-	(8.125)	1.320	156.749
Máquinas e equipamentos	326.696	51.219	(1.291)	(53.611)	-	323.013
Móveis e utensílios	11.123	383	-	(2.265)	-	9.241
Equipamentos de informática	10.910	1.829	-	(4.636)	-	8.103
Instalações	3.090	22	-	(609)	-	2.503
Veículos	93	-	-	(34)	-	59
Adiantamento a fornecedores	8.939	-	(462)	-	-	8.477
	519.777	58.081	(1.753)	(69.280)	1.320	508.145

Consolidado	Saldo em 31/12/2018	Adição	Baixa	Depreciação	Transferências	Saldo em 31/12/2019
Benfeitorias em imóveis de terceiros	160.567	6.780	(173)	(8.248)	-	158.926
Máquinas e equipamentos	325.159	57.845	(392)	(55.916)	-	326.696
Móveis e utensílios	12.805	690	(20)	(2.352)	-	11.123
Equipamentos de informática	13.636	2.801	(72)	(5.455)	-	10.910
Instalações	3.775	1	-	(686)	-	3.090
Veículos	139	-	(1)	(45)	-	93
Adiantamento a fornecedores	8.939	-	-	-	-	8.939
	525.020	68.117	(658)	(72.702)	-	519.777

Consolidado	Saldo em 31/12/2017	Adição	Baixa	Depreciação	Transferências	Saldo em 31/12/2018
Benfeitorias em imóveis de terceiros	158.825	12.739	-691	-8.194	-2.112	160.567
Máquinas e equipamentos	328.824	62.355	-9.745	-57.638	1.363	325.159
Móveis e utensílios	11.685	1.011	-28	-2.35	2.487	12.805
Equipamentos de informática	19.573	1.723	-43	-5.964	-1.653	13.636
Instalações	4.411	8	-	-676	32	3.775
Veículos	220	70	-	-34	-117	139
Adiantamento a fornecedores	8.985	-	-46	-	-	8.939
	532.523	77.906	-10.553	-74.856	-	525.020

ii. fontes de financiamento dos investimentos

Os investimentos da companhia serão financiados por meio da geração de caixa da própria Companhia, com empréstimos, financiamentos e eventualmente emissão de valores mobiliários.

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

No momento a Companhia não está realizando nenhum desinvestimento relevante.

b. Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

No momento a Companhia não realizando nenhuma aquisição relevante.

a. novos produtos e serviços

(i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Não aplicável, uma vez que atualmente não há pesquisas realizadas pela Companhia que já tenham sido divulgadas.

(ii) montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não realizou, nos 3 (três) últimos exercícios sociais gastos relevantes no desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

(iii) projetos em desenvolvimento já divulgados

Em 2020, conforme comunicado ao mercado, a Companhia anunciou o lançamento de seu novo negócio, o marketplace de saúde Cartão Aliança. O marketplace Cartão Aliança foi criado a partir da realidade Brasileira, na qual mais de 70% da população não possui um plano de saúde privado. A solução criada pela Alliar provê acesso a diversos serviços de saúde em um só canal, com um custo acessível a partir de R\$ 19,90 mensais. São mais de 23 mil estabelecimentos credenciados em todo o Brasil, que oferecem descontos em consultas médicas presenciais ou online, exames laboratoriais e de imagem, testes de Covid-19, farmácias e outros. Este novo negócio começou a ser testado (MVP) em março e, em julho, sua venda foi ampliada para todos os estados onde a empresa atua. Nesse período, o marketplace já conquistou mais de 90 mil vidas, comprovando a potencialidade do negócio e a demanda pelo acesso à serviços de saúde com qualidade. Esse modelo de negócio traz uma receita recorrente para a Companhia e maior diversificação das suas fontes pagadoras, além de aproximar ainda mais os clientes particulares (*out-of-pocket*) com as marcas do Grupo Alliar.

(iv) montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não significativo

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.